



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 141

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 15 de junho de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Agenda da Reunião:

1. Continuação da discussão do Projeto de Resolução n.º 33/2012 – “Prestação de serviços de proximidade”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Reiniciado o debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Berto Messias (*PS*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Mark Marques (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

2. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 34/2012 – “recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para uma justa manutenção dos direitos dos trabalhadores da EDA-Eletricidade dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Justificada a urgência e dispensa de exame em Comissão pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), usou da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

3. Projeto de Resolução n.º 34/2012 – “recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para uma justa manutenção dos direitos dos trabalhadores da EDA-Eletricidade dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

O diploma foi apresentado pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), seguindo-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), José Rego (*PS*), Rui Ramos (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

4. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 35/2012 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção das atuais Comarcas dos Açores, incluindo Nordeste e Povoação e os respetivos tribunais judiciais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual foi aprovado por unanimidade.

5. Projeto de Resolução n.º 35/2012 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção das atuais Comarcas dos Açores, incluindo Nordeste e Povoação e os respetivos tribunais judiciais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Benilde Oliveira. Aberto o debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Francisco Álvares (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Medina (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Carlos Mendonça (*PS*), Zuraida Soares (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O projeto em análise foi aprovado por unanimidade.

Para declarações de voto usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), José San-Bento (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

6. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 36/2012 – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na sua qualidade de único acionista do grupo SATA, dê instruções para aumentar a frequência de ligações aéreas e o número de tarifas promocionais nas rotas entre os Açores e o Continente”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP;

Após a justificação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Artur Lima e depois de usar da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de votos os Srs. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Francisco César (*PS*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de deliberação que declara findo o período legislativo de junho.**

(Os trabalhos terminaram às 17 horas e 18 minutos)

Presidente: Bom Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar a nossa reunião plenária com a chamada dos Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

Joe Valadão **Rego**

José **Gabriel** **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Bloco de Esquerda (*BE*)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (*PCP-PEV*)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos de imediato entrar na nossa Agenda.

Como sabem tínhamos um debate em curso que vamos continuar hoje: **continuação da discussão do Projeto de Resolução n.º 33/2012 – “Prestação de serviços de proximidade”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Face à minha lista de inscrições, para prosseguir o debate dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Com certeza, Sra. Deputada.

Dou então a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias,

Deputado Berto Messias (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para tecer aqui um comentário e renovar um pedido de esclarecimento. Relativamente à intervenção do Deputado Rogério Veiros, dizer que o Sr. Deputado colheu um bom exemplo, um exemplo bem acabado daquilo que não devem ser as políticas de concentração.

São Jorge é uma das ilhas que mais sofre os efeitos da política de concentração, quer dos serviços públicos, quer da produção que caracteriza aquela ilha.

Hoje, São Jorge encontra-se em grandes dificuldades.

Sr. Deputado Rogério Veiros, talvez um outro exemplo fosse melhor para fazer a defesa daquilo que têm sido as políticas do Partido Socialista relativamente à garantia dos serviços de proximidade.

Entretanto e relativamente ao tema que está em apreço, o Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, eu tinha colocado duas questões, no essencial:

Por que é que o Projeto de Resolução não contempla a reivindicação de que os serviços já encerrados devem ser reabertos?

Foi-nos dada a justificação, digamos que a porta estará com algum problema para abrir. Talvez lubrificando a fechadura e as dobradiças talvez a porta chegue a abrir, se o problema residir aí.

Mas há uma outra questão. Tem a ver com o segundo ponto da parte resolutive da recomendação que o PSD nos traz aqui. Se relativamente à porta, ela está com um problema, a verdade é que relativamente ao segundo ponto da parte resolutive ele não é suficientemente claro, na minha opinião, porque remete para as questões economicistas.

Como ontem percebemos, há aqui várias interpretações sobre a justificação para encerrar serviços e para a concentração dos serviços.

Alguns desses argumentos, como muito bem percebemos, não são apenas de ordem economicista. São de outra ordem.

Portanto, julgo que se queremos garantir que os serviços de proximidade continuem, de facto, próximos dos cidadãos, esse segundo ponto deveria merecer uma outra atenção, em nossa opinião, visto que não podemos propor nenhuma alteração, a não ser o autor. Portanto, continuamos com estas dúvidas e não nos basta a boa intenção do PSD, a sua eventual autocrítica ou o título do Projeto de Resolução, que tem a ver com os serviços de proximidade.

Parece-me que isso não é suficiente. Ou esclarecemos esta questão e o PSD se disponibiliza para poder alterar o seu Projeto de Resolução, ou então o PCP não pode votar favoravelmente um título.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques, tem a palavra.

Deputado Mark Marques (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM, o que vou fazer é guardar este Projeto de Resolução do PSD à cabeceira,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À cabeceira?

O Orador: Exatamente!

... porque acho que isto significa, por parte do PSD, a assunção de compromissos para o futuro.

Também já tenho muita coisa para guardar do Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas não vai ser preciso!

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Isso não é uma cabeceira, é um armário!

O Orador: Já tenho uma compilação de promessas. Depois não venham dizer que a situação é muito pior do que estávamos à espera. Não venham depois dizer isso.

O que é importante são os compromissos que se assumem e os compromissos que aqui estão: “o encerramento dos serviços públicos dos Açores agrava a insularidade e penaliza os serviços de Estado e da Região, ignorando as especificidades das nove ilhas”. Também gosto desta expressão “das nove ilhas”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vindo do PSD!...

O Orador: “O Governo da República e o Governo Regional têm o dever de manter os serviços públicos de proximidade, já que a prestação dos mesmos não pode obedecer a princípios economicistas.” Bom, é o que toda a gente avança, é com os princípios economicistas, porque o país está em crise.

Deputado João Costa (PSD): Vejam lá se estão de acordo!

O Orador: Acho que isto cobre uma grande parte das desculpas possíveis.

Depois temos o terceiro ponto desta resolução, dar conhecimento ao Governo da República e ao Governo Regional, como se eles já não soubessem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Falta “à Assembleia da República”!

Deputado Francisco César (PS): Não é à Assembleia da República, é à Presidência da República !

Deputado Aníbal Pires (PCP): E à Presidência da República!

O Orador: Por vezes tomamos determinadas posições táticas e pode-se dizer que o PSD toma esta posição tática...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é tática, Sr. Deputado!

O Orador: Eu estou a colocar aqui uma hipótese.

Pode-se dizer que coloca esta posição assim: “não é só o Governo da República que está a encerrar tribunais e Serviços de Finanças; o Governo Regional também faz isto aqui”.

Alguém pode fazer esta análise, que o PSD tenta assim puxar para o Governo Regional...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito!

O Orador: ... as responsabilidades nestas áreas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é uma interpretação abusiva!

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas é a minha!

O Orador: Só que esta interpretação, este tipo de tomada de posição depois também tem consequências. Significa que a quatro meses das eleições se assumem compromissos em relação aos chamados serviços de proximidade.

O que considero que é fundamental é assumir integralmente estes compromissos que aqui estão. Podem ter a certeza que da minha parte vou fazer questão de relembrar e trazer estas folhinhas, se eu cá estiver obviamente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estará certamente, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso, da minha parte, o Partido Popular Monárquico votará favoravelmente esta iniciativa do PSD e promete que a recordará nos tempos vindouros, se assim vier a ser o caso, como também tenho muitas outras recordações, já no meu gabinete de trabalho, por parte do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Temos aqui um grande manancial já de promessas. Acho que já em termos de debate eleitoral, eu digo-vos que estes meses têm sido uma preparação intensiva em relação aos argumentos que depois podemos utilizar mais tarde.

Agora, não nos digam que não sabem ao que vão, e que isto ficou muito pior, porque pior do que isto eu considero que já não tem muito mais espaço para

ficar pior e cair ainda mais do ponto de vista das condições de vida das populações, das nossas empresas, da deslocação de serviços, da imposição do centralismo às populações mais periféricas da Região Autónoma dos Açores.

É difícil fazer pior.

Depois não vale dizer: “estamos à espera”, “não sabíamos, mas isto ainda é pior”.

Não!

Foi obviamente o que disse o Primeiro-Ministro de Portugal. Chegou lá e o que é que disse?

Nunca disse que nos tirava os subsídios de férias. Aliás, até disse: “subsídios de férias e de Natal? Não, não! Isso é uma tontaria!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não, não! Não tirava!

O Orador: Nunca o vamos fazer!”

Deputado Berto Messias (*PS*): “É um disparate!”

O Orador: “É um disparate!”

Depois, chega ao Governo e utiliza aquela velha desculpa: “Não! Isto está muito, muito pior do que nós pensávamos!”.

“Tudo o que andámos a dizer há quatro meses atrás para ganhar as eleições já não serve! Tudo o que nós dissemos não serve, porque isto está muito pior!”.

Eu faço questão de recordar as posições que são assumidas pelos diversos partidos políticos e depois não aceito nenhuma desculpa no futuro.

Não vou aceitar nenhuma desculpa em relação ao futuro por parte de nenhum destes partidos.

É isso que é absolutamente fundamental.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor arranje espaço na sua mesinha de cabeceira para o Quartel de Bombeiros do Faial!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Rogério Veiros, e muito bem, já manifestou aqui aquela que é...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, como quem diz!

O Orador: ... a posição deste Grupo Parlamentar, mas tendo em conta o rumo que este debate tem tido, eu não poderia deixar de intervir também.

Permitam-me que utilize precisamente a expressão que o Sr. Deputado Paulo Estevão acabou de utilizar: uma proposta tática.

Esta é uma proposta tática do PSD!

Diria mais. Esta proposta é uma simples cortina de fumo que o PSD tenta criar para disfarçar o incómodo que tem com os seus companheiros do PSD de Lisboa,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... pelas medidas que estão a tomar no encerramento de serviços públicos, competência do Estado Português na Região.

Além desta tática, desta cortina de fumo, deste (poderia dizer-se) embuste que é esta proposta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Embuste não se pode dizer!

O Orador: ... do PSD, tem também o problema de “misturar alhos com bugalhos”.

Em vez de falar apenas tendo em conta aqueles que têm sido os temas e os assuntos que estão no centro da agenda política nos últimos tempos, “mistura alhos com bugalhos” e tenta também, na sua ânsia de guerrilha e de maledicência permanente relativamente ao Governo Regional, incluir nesta resolução referências ao Governo Regional que, pelos vistos, tendo em conta a intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência ontem, não são bem verdade relativamente ao encerramento de vários serviços de saúde, de apoio social.

A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que o PSD, apesar de referir isso insistentemente, não está preocupado com a defesa dos Açores e dos açorianos.

Está preocupado, sim, em defender-se a si próprio, em defender o PSD e minimizar os danos daquelas que são as imposições e as medidas impostas aos açorianos pelo Governo da República.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A sua obrigação é repetir o que se diz aí!

O Orador: E vem, taticamente, apresentar esta proposta. Para quê? Porque a muito curto prazo...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está enganado!

O Orador: ... daqui a dias,..

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está equivocado!

O Orador: ... daqui a poucas semanas, quando mais uma vez...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor está equivocado!

O Orador: ... o Governo da República impuser aos açorianos o encerramento de um determinado serviço público, vai aparecer publicamente o PSD-Açores a dizer: “não, não! Nós apresentámos a peça legislativa do Projeto de Resolução que era contra o fecho de serviços públicos”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é assim que se faz política?!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não, não!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Homessa!

O Orador: Portanto, esta é uma simples proposta tática. É uma tática partidária que não cola, Sras. e Srs. Deputados.

O Partido Socialista já afirmou...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor está equivocado! O que está a dizer não é o que a gente diz!

O Orador: ... por várias vezes e volta a fazê-lo:...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não tem tarelo nenhum!

O Orador:... “Somos frontalmente contra o encerramento das Finanças da Calheta e o encerramento de qualquer outro tipo de Serviços de Finanças na Região”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então estamos de acordo!

Deputado Clélio Meneses (PSD): E de escolas?

O Orador: E mais. Exigimos também, porque estamos já a caminho das eleições regionais em outubro,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso não é só *parole*, votem!

O Orador: ... que o Governo da República diga aos açorianos...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): E as escolas?

O Orador:... quais os Serviços de Finanças que quer encerrar, mas que o diga já, frontalmente e com coragem e não imponha esse tipo de decisões de forma furtiva e escondida como o fez na Calheta, em São Jorge.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): E as escolas, Sr. Deputado?

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, aquilo que se esperava, se o PSD fosse corajoso como diz e se estivesse de facto interessado em defender os Açores e os açorianos contra esta tendência centralista que o Governo da República apresenta, aquilo que teria que fazer era retirar esta proposta...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... e substitui-la por uma proposta que não tenha estas referências, pelos vistos encerradas e infundadas, ao Governo Regional e ao encerramento de serviços na Região, no âmbito dos cuidados de saúde e do apoio social.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): E as escolas, Sr. Deputado?

O Orador: Se o PSD diz que é corajoso como é, e que está empenhado em defender os Açores e os açorianos, aquilo que tem que defender é retirar esta proposta, alterá-la e referir-se única e exclusivamente aos serviços que o Estado tem na Região...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é que era! Homessa! É preciso ter descaramento!

Deputado Francisco Álvares (PSD): Isso era o que o senhor gostava!

O Orador: ... porque aí é que veremos a coragem da bancada do PSD nesta proposta.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É preciso ter descaramento!

O Orador: Portanto, aguardaremos serenamente essa alteração e cá estaremos para apoiá-la, como sempre.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Isso é um discurso sem tarelo nenhum!

Somos contra o fecho de tudo o que é nacional, na Região não!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito bem! Sr. Deputado Mark Marques para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma declaração de voto.

Não intervim anteriormente porque o debate ontem foi esgotado, mas na declaração de voto queria lamentar que o Partido Socialista e o seu apêndice...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estás a ficar preocupado!

O Orado: ... tenham votado contra este Projeto de Resolução.

O Partido Socialista demonstrou, ontem no debate e hoje na votação, uma atitude bipolar...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... de conveniência, que de facto alterou o humor e o estado das coisas.

É o partido que traz um protesto em que o PSD vota a favor. E depois não quer que lhe chamem “um partido de protesto”, mas nós votámos a favor, demonstrámos a nossa coragem em votar a favor do protesto.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Que coragem?

O Orador: Quando nós apresentamos um Projeto de Resolução construtivo, conseqüente do protesto, os senhores votam contra.

Eu, sinceramente, não estou preocupado com a minha situação política, nem da do meu partido, mas confesso que o Sr. Deputado Rogério Veiros terá alguma dificuldade...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor é que tem dificuldade em explicar por que é que o seu governo fechou as Finanças!

Deputado Rogério Veiros (*PS*): O senhor é que vai ter grandes dificuldades!

O Orador: ... (ontem, de uma forma tão paternal, falou do concelho da Calheta como se fosse o único responsável político, naquela ilha e naquele concelho), terá muita dificuldade, em explicar que o PSD votou a favor de um Voto de Protesto apresentado pelo Partido Socialista e o Partido Socialista não vota a favor de uma recomendação ao Governo da República para os Serviços das Finanças.

Ficou demonstrado aqui, pela atitude e discurso do senhor líder parlamentar, que a preocupação aqui não é as Finanças da Calheta de São Jorge, não é o Tribunal do Nordeste, nem da Povoação. O que o Sr. Deputado e o Presidente do Grupo Parlamentar do PS queria que fizéssemos, para votar este Projeto de Resolução a favor, era retirar o nome do Governo Regional.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Ou seja, eu, ou um açoriano não “formatado” politicamente, percebia logo: “bem, aqueles senhores não votam porque querem salvaguardar o Governo.”

“Quem não deve, não teme!”

Se o Governo, no seu entender (eu acabo já, Sr. Presidente, e vou resumir-me à declaração de voto) nada fez de mal, pois, olhe, fique assim! Continue com a sua atitude bipolar!

Nós, Grupo Parlamentar do PSD, somos coerentes e consequentes.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sim, sim!

O Orador: Votámos, terça-feira, a favor de um Voto de Protesto, e votámos, sexta-feira, a favor de uma proposta de recomendação.

Os senhores fazem uma coisa à terça e fazem outra coisa à sexta.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Berto Messias (*PS*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que é muito claro é que quem vai ter muitas dificuldades em explicar o porquê do seu partido, do PSD mandar fechar as Finanças da Calheta, são os Deputados do PSD...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: ... e o Sr. Deputado Mark Marques...

Deputado Mark Marques (*PSD*): Mandar fechar? Olhe que não! Não é verdade!

O Orador: ... que cria e vem aqui criar estas “cortinas de fumo”...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: ... para tentar disfarçar o incómodo, porque quem está a impor o encerramento das Finanças da Calheta, do Tribunal do Nordeste, do Tribunal da Povoação e de muitos outros serviços do Estado na Região, querendo dismantelar as funções de soberania que o Governo da República tem na Região, é o Governo da República onde tem especiais responsabilidades o PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Essa é que é a verdade!

Apesar dessas tentativas constantes, de *flic-flacs* à retaguarda, de cambalhotas permanentes, aquilo que ficou muito claro é que o PSD não teve a coragem...

Deputado João Costa (PSD): Há uma diferença entre ginástica e contorcionismo, que é o que senhor está fazendo!

O Orador: ... de protestar e de afirmar a sua discordância, relativamente a esta veia centralista do Governo da República, dos seus companheiros do PSD. Essa é que é a verdade!

Deputado Rui Ramos (PSD): Votámos favoravelmente!

O Orador: Mais uma vez não conseguiu resistir à guerrilha e à maledicência permanente contra o Governo Regional.

Deputado João Costa (PSD): Daqui a 5 meses os senhores estarão a apresentar um projeto idêntico!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, ficou muito claro neste debate, ficou muito claro nesta proposta, que tudo aquilo que o PSD tenta dizer ou tenta afirmar, dizendo que defende muito os Açores, que defende muito os açorianos ... Não, Sras. e Srs. Deputados! O PSD não quer defender nem os Açores, nem os açorianos! O PSD quer defender-se a si próprio,...

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor parece uma câmara de eco do PSD!

O Orador: ... e minimizar os danos daquelas que são as políticas do Governo da República.

Para terminar, também não posso deixar de dizer o seguinte:

Os calhetenses, os jorgenses e os açorianos, diga-se em abono da verdade, sabem perfeitamente aquela...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é plágio!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não está a ver a cara dos seus colegas!

O Orador: ... que é a posição do Sr. Deputado Rogério Veiros, da Sra. Deputada Paula Bettencourt, dos Deputados do Partido Socialista, em São Jorge, e desta bancada, deste Governo do Partido Socialista, em defesa dos Açores e dos açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP votou favoravelmente este Projeto de Resolução e votou um Projeto de Resolução que, ao contrário daquilo que o Partido Socialista aqui quis fazer transparecer que não era a realidade, era um Projeto de Resolução que visava salvaguardar os serviços de proximidade na nossa Região, quer fossem da responsabilidade do Governo da República, quer fossem da responsabilidade do Governo Regional.

Aquilo que aqui assistimos foi o Partido Socialista dizer, apoiado pelo Partido Comunista, que os serviços de proximidade encerrados nesta Região, e que são encerrados pelo Governo Regional, são por questões pedagógicas. São sempre por algum princípio.

Aqueles que são encerrados pela República é por uma questão política, de maneira que o fazem porque o querem fazer.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É melhor o senhor não dizer os números!

O Orador: Não é correto! Não é honesto! Não é justo!

Da nossa parte não nos surpreenderam ao votar contra, e não nos surpreenderam porque já o fizeram antes, sempre que aqui se trouxe iniciativas deste tipo, inclusive do CDS. Quando nos manifestámos quando se fechou escolas, quando se encerrou cooperativas, os Deputados do Partido Socialista sempre deram uma cambalhota por forma a desvalorizar a situação.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ficou francamente claro que os Deputados do Partido Socialista e esse Grupo Parlamentar, acima de defender os açorianos, defendem o seu partido.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É serviço de proximidade!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É o apêndice!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito!

(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos ter alguma calma e vamos prosseguir o nosso debate. Vamos criar condições para isso.

Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desafiado que foi o Partido Social Democrata para poder clarificar o objeto do seu Projeto de Resolução, não acedeu a essa pretensão. Portanto, consideramos que aquilo que o PSD trouxe a esta câmara, de facto, não visava garantir nem recomendar ao Governo da República a manutenção dos serviços de proximidade.

Deputado João Costa (PSD): O senhor precisa de mais uns óculos! Não leu o que está escrito na resolução!

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Aliás, eu não classifiquei, eu não adjectivei o Projeto de Resolução que o PSD aqui trouxe.

Eu coloquei duas dúvidas: uma sobre a porta, o facto dela estar fechada ou o serviço encerrado; a outra sobre o segundo ponto da parte resolutiva, (e isso, sim, é importante, o segundo ponto da parte resolutiva, quer o primeiro, quer o terceiro, embora o terceiro na minha opinião lá falte a referência ou a informação para a Assembleia da República e para o Presidente da República, mas o segundo ponto, esse é verdadeiramente importante), que não garante

nada, porque remete apenas para um motivo que não é justificável, para que os serviços de proximidade encerrem.

V. Exas. não atenderam (com certeza estão no seu direito) a esta pretensão de clarificação.

É evidente que a posição da Representação Parlamentar do PCP só poderia ser contra.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Contra, porque não percebeu!

O Orador: Aliás, um voto contra este Projeto de Resolução, que é também um voto contra as políticas que o Governo da República tem vindo a realizar, não só no país, mas a influência que essas políticas têm na Região Autónoma dos Açores e que já durante esta semana tivemos oportunidade de abordar aqui.

Aliás, não será por acaso que, hoje, o PCP, na Assembleia da República, anunciou que vai entregar uma moção de censura ao Governo da República, ficam V. Exas. já disso informados.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já está na internet!

O Orador: De facto, aquele Governo é tão mau, tão mau, tão mau, e além de estar de cócoras relativamente ao FMI, ainda vai mais longe quando roubou....

Voices dos Deputados da bancada do PSD: “Rouuubou!”

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os senhores riem-se!

O Orador: ... o subsídio de férias e de Natal aos trabalhadores da Administração Pública.

Deputado José San-Bento (PS): As gorduras do Estado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São as bancadas revolucionárias que vão decidir!

O Orador: Portanto, meus caros senhores, a vossa estratégia política relativamente a estas questões,...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de terminar.

O Orador: Está muito perturbado, Sr. Deputado. Incomoda-o assim tanto?

Presidente: Não entrem em diálogo, Srs. Deputados. Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de terminar.

Deputado António Marinho (PSD): Já não tem mais nada para dizer!

O Orador: Sr. Deputado, não me faltarão argumentos para rebater os argumentos do PSD e do CDS-PP e então, relativamente a esta indigente peça legislativa que aqui trouxeram, não faltariam certamente.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como tive oportunidade de informar esta câmara no debate prévio que antecedeu estas declarações de voto, o PPM votou favoravelmente este Projeto de Resolução, porque considera que é aqui assumida uma linha de conduta em relação à manutenção dos serviços da Administração Regional descentralizados, uma linha de conduta que é algo que é fácil de escrever, mas que significa um compromisso com uma enorme carga simbólica e prática para as ilhas e para as freguesias com menor população, onde os serviços têm estado a ser retirados.

Isto significa para mim um compromisso para o futuro, por parte dos partidos políticos que votaram favoravelmente.

Nós assumimos essa responsabilidade em relação ao que aqui está escrito e aos compromissos que se assumem para o futuro em relação à manutenção dos serviços periféricos nas diversas ilhas e nas freguesias das nossas ilhas.

Nós assumimos aquilo que votámos favoravelmente, mas não vamos deixar de exigir que quem aqui assume esses compromissos, daqui a 4 ou 5 meses, os esqueça.

Tivemos oportunidade de referenciar, de fazer esse aviso prévio no âmbito da discussão deste documento: para nós, as palavras não as leva o vento. As palavras escritas não as levam o vento.

Portanto, há aqui um compromisso e este compromisso não pode ser só para que os partidos, incluindo o meu próprio, possam ganhar votos.

Este é um compromisso em relação à manutenção dos serviços de proximidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): De quem é o compromisso?

O Orador: Para nós este compromisso vale muito.

Por isso aqui está, vou arquivá-lo para o futuro e para mim é de facto uma garantia que depois vou utilizar dentro de meses, nesta Assembleia, tenho a certeza.

É uma garantia que vou ter que utilizar por diversas vezes.

Espero que alguns daqueles que aqui votaram e assumiram esse compromisso não a esqueçam, porque eu vou fazer a minha parte e vou fazer para que não seja possível esquecer aquilo que se escreveu.

Presidente: Creio que terminámos este ponto.

Sra. Deputada Zuraída Soares é para uma declaração voto?

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Com certeza, Sra. Deputada. É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 05 minutos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Eram 10 horas e 48 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 10 minutos.

Vamos entrar no ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 34/2012 – “recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para uma justa manutenção dos direitos dos trabalhadores da EDA-Eletricidade dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE)**: Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz a esta casa um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para uma justa manutenção dos direitos dos trabalhadores da EDA-Eletricidade dos Açores, conforme acordo de empresa, nomeadamente repondo o valor das ajudas de custo e transporte, o valor do trabalho suplementar e respetivo descanso compensatório, o valor dos subsídios de férias e de Natal e o valor subtraído, com efeitos retroativos, às respetivas remunerações.

Consideramos que os trabalhadores estão a ser prejudicados injustificadamente e é preciso pôr cobro, urgentemente, a esta injustiça, até porque o prolongamento no tempo desta injustiça traz custos acrescidos e cada vez mais difíceis de honrar para a própria empresa, e também porque os próprios trabalhadores têm tomado as suas diligências e as suas posições no sentido de cobrarem aquilo que, do nosso ponto de vista, é seu por direito.

Portanto, a urgência prende-se não só com a oportunidade, como com a necessidade de, em nome da justiça, pôr cobro a uma situação que não deveria existir.

Obrigada.

Presidente: Não sei se há mais intervenções.

Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considera que esta é uma matéria importante e urgente que se resolva, embora também seja do nosso

conhecimento que, decorrendo da luta dos trabalhadores da EDA, está aberto um processo negocial.

No entanto, quero aqui valorizar a luta dos trabalhadores da EDA, uma vez que é através dessa luta, é através da luta dos trabalhadores, que se pode contrariar estas políticas de submissão a pactos de agressão estrangeira.

Aliás, verifica-se isto relativamente à questão da EDA, como se verificou relativamente aos trabalhadores do Serviço Regional de Saúde em que, como é sabido e é do conhecimento de todos, a tutela da saúde ontem tomou uma decisão no sentido de não aplicar na Região Autónoma dos Açores algumas determinações que decorrem também daquilo que estamos a falar e que tem a ver com as alterações que estão a ser introduzidas no país em virtude desta submissão que o CDS-PP e o PSD sujeitaram o país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Nós gostamos sempre de ouvi-lo, mesmo quando foge um bocadinho do objeto, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Não sei se há mais intervenções. Creio que não. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, passamos de imediato à substância: **Projeto de Resolução n.º 34/2012 – “recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para uma justa manutenção dos direitos dos trabalhadores da EDA-Eletricidade dos Açores”.**

Dou novamente a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentar o Projeto de Resolução.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução, quer nos seus considerandos, quer na sua parte resolutiva, é claro e não haverá muito mais a acrescentar ao seu objeto, mas talvez seja a oportunidade de tecer algumas considerações que justifiquem mais ainda esta nossa proposta.

A EDA-Eletricidade dos Açores é uma empresa *sui generis* nos Açores, pelo facto de ser uma empresa do Setor Público Regional em que o acionista maioritário é o Governo Regional dos Açores, com 50,1% do capital, sendo 49,9% de capital privado, dividido maioritariamente para a Bensaúde e numa percentagem de 10% para a EDA-EP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Paguem!

A Oradora: É também uma empresa sustentadamente lucrativa, como todos nós sabemos e é público.

Ora, a EDA não depende do Orçamento Geral do Estado. Sendo lucrativa, são distribuídos dividendos aos acionistas, ou seja, o dinheiro retirado aos trabalhadores fica na EDA e constitui-se em resultados.

Dito de outra maneira, o dinheiro não gasto em aumentos salariais, no congelamento das progressões automáticas das suas carreiras, das antiguidades, dos prémios, das ajudas de custo, o corte nos subsídios e todos os outros efeitos foi e é revertido para os cofres da empresa.

Simultaneamente estamos a falar de dinheiro que também não entra e não conta, nem para o IRS, nem para a Segurança Social, ou seja, com este estado de coisas perdemos todos: perdem os trabalhadores, perdem os contribuintes, os consumidores, e perde a própria Região.

Digamos isto ainda de uma outra maneira:

Aquilo que o Governo Regional está a fazer nesta empresa é exatamente aquilo que um Governo do Partido Socialista jamais deveria fazer, em qualquer empresa, e nesta em particular, porque é lucrativa e porque tem próximo de 50% de capital privado.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Uma parte dos lucros traduzem-se constantemente em dividendos canalizados para os acionistas.

Resumindo: o Governo do Partido Socialista está a retirar direitos aos trabalhadores e está objetivamente a pô-los a pagar para trabalharem...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

A Oradora: ... entregando esse dinheiro diretamente ao capital privado.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Não, Sras. e Srs. Deputados! Não é o Memorando da Troika! Não é o PSD! Não é o CDS! Neste caso é o Governo do Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores.

O Bloco de Esquerda não aceita esta política e aceita ainda muito menos que lhe chamem socialista.

A pergunta que deixamos neste caso às Sras. e aos Srs. Deputados do Partido Socialista é: afinal de que lado os senhores estão?

Muito obrigada.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Bloco de Esquerda traz este Projeto de Resolução que recomenda ao Governo Regional uma série de coisas sobre os trabalhadores da EDA.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer ao Bloco de Esquerda é: porquê só os trabalhadores da EDA? Se não há outras empresas...

Deputada Zuraída Soares (BE): Já foi explicado!

O Orador: ... que poderia ter incluído aqui.

O que o Bloco de Esquerda está a fazer é a exceção das exceções. Não concordando o CDS com nenhuma exceção, o Bloco de Esquerda vem aqui e traz a exceção das exceções. Isso é preciso ser explicado e muito bem explicado aos trabalhadores das outras empresas.

Agora devo dizer que o Partido Socialista tão crítico do Governo da República, tão crítico desses cortes, sendo o acionista maioritário da EDA por que é que não faz a política contrária do Governo da República?

Por que é o Partido Socialista não se afirma agora como aquele partido amigo dos trabalhadores, como aquele partido que se diferencia da República, como aquele partido que não corta ordenados, como aquele partido que não corta subsídios, como aquele partido que não corta apoios?

Deputado Francisco César (PS): Temos património nessa matéria, Sr. Deputado!

O Orador: Agora os senhores têm a prova de efetivamente valorizarem o seu património...

Deputado Francisco César (PS): É verdade ou não? Temos património nessa matéria!

O Orador: ... e dizerem: afirmamos aqui o nosso património, repondo os subsídios de férias e de Natal.

Sendo o acionista maioritário da EDA, o Governo Regional diferencia-se do Governo da República,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! A boca fugiu-lhe para a verdade!

O Orador: ... o Governo Regional é diferente do Governo da República; o Partido Socialista defende que sejam repostos a todos os trabalhadores, incluindo os da EDA, os subsídios de férias e os subsídios de Natal.

É essa contradição (os senhores têm feito aqui demagogia pura ao longo deste plenário), que os senhores hoje vão ter que explicar.

Deputado José Lima (PS): Demagogia está a fazer o senhor!

O Orador: Se os senhores votarem contra isso não estão a ser coerentes com aquela que é a vossa posição.

Deputado Francisco César (PS): Estamos sim senhor!

O Orador: Se os senhores votarem contra isso, os senhores perdem toda a razão para de hoje para o futuro fazerem a mínima crítica ao Governo da República.

Mas digo qual é a posição do CDS: o CDS é contra, e já o dissemos a respeito das empresas nacionais, do erro do Governo da República de abrir exceções.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ahhhh!

O Orador: Não há exceções para ninguém!

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas há!

O Orador: E infelizmente o Governo da República abriu exceções com as quais não concordamos e dissemo-lo desde a primeira hora.

Quero dizer também que não temos grupos de interesses, nem sindicalistas que andam a distribuir empresas. O CDS não tem interesses internos, nem defende grupelhos dentro das empresas.

O CDS não tem interesses nenhuns nas empresas!

Fazemos as coisas por uma questão de princípio.

Deputado Francisco César (PS): Está a dizer que se pudesse, mudava de posição! É isso que está a dizer?

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, vou dizer-lhe uma coisa porque o senhor não percebeu bem o que eu disse. É que além dos sindicalistas e dos sindicatos, legalmente constituídos e defensores dos direitos dos trabalhadores, ainda existem em algumas empresas alguns grupelhos, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): É a sua opinião!

O Orador: Além dos sindicatos ainda existem outros subversivos nalgumas empresas, e o senhor sabe tão bem quanto eu,...

Deputado José San-Bento (PS): Não sei! Isso é a sua opinião! É o senhor que o está a dizer!

O Orador: ... embora não organizados no sindicato, em empresas públicas na Região, tuteladas por V. Exas.

Deputado Francisco César (PS): Eu não tutelo nada!

O Orador: O Sr. Deputado já começa a perceber a que é que eu me refiro quando digo alguns grupelhos que foram lá postos por opção partidária, por nomeação partidária, por cor partidária, por interesses, e por aí fora, por aí fora, por aí fora...

Deputado José San-Bento (PS): Não apoiado!

O Orador: Resumindo: o Partido Socialista só tem uma opção de credibilidade que é aprovar isto.

Muito obrigado.

Presidente: Aguardo inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, começaria por si.

Relativamente ao Orçamento de Estado para 2012, o Partido Socialista, quer nos Açores, quer no Continente, foi muito claro sobre esta matéria.

Quer as posições tomadas na Comissão de Economia, quer as posições tomadas aqui já para outros Projetos de Resolução sobre a mesma matéria, o Partido Socialista foi sempre coerente a dizer que as medidas que estavam a ser impostas pelo seu Governo e pelo Governo do PSD eram prejudiciais para as famílias dos Açores e para as famílias do país, em geral.

Portanto, o que eu estou a dizer, Sr. Deputado, é que nós já tomámos posição sobre esta matéria aqui e dissemos que há normas do Orçamento do Estado que fomos contra elas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: ... e que estão a ser cumpridas na Região.

O senhor sabe perfeitamente por que é que elas têm que ser cumpridas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não sei nada!

O Orador: Relativamente ao Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, eu só tenho a dizer isto: sem prejuízo do cumprimento de algumas normas do Orçamento de Estado, devemos respeitar o diálogo permanente que tem existido entre os trabalhadores da EDA e a sua administração.

Por isso vamos votar contra essa proposta, porque tem havido algum diálogo com os trabalhadores e com a Administração da EDA.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente a essa matéria não tenho mais nada a dizer.

O senhor é que tem que justificar aos açorianos por que é que as vossas medidas vão sempre para além da Troika,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... por que é que há de cumprir sempre. A Troika pede x e os senhores pedem $x + y$.

Portanto, não está do nosso lado a resposta. A resposta está no bloco formado pelo PSD e pelo CDS.

Sobre esta matéria, já temos a nossa história feita.

Deputados Francisco César e José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Deputado José Rego, não refutou minimamente o Projeto do Bloco de Esquerda, mas ficou reconhecido pela sua referência, pelo seu debate aqui comigo.

Sabe por que é que se vai para além da Troika?

Deputado Francisco César (PS): A culpa é de José Sócrates!

O Orador: Vou dar-lhe um motivo apenas: porque os senhores são responsáveis por uma coisa...

Sr. Deputado Francisco César, está nervoso?

Deputado Francisco César (PS): Não, estou incomodado!

O Orador: Está muito enervado, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Não! Estou curioso para saber se vai votar a favor!

O Orador: Mas devia estar, porque há uma coisa que os senhores são responsáveis, que se chama BPN. São 7 mil milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): E os senhores não são?

O Orador: Não!

Deputado Francisco César (PS): Os senhores não privatizaram empresas e esqueceram uma parte?

O Orador: Não senhor, Sr. Deputado Francisco César!

O BPN é vossa responsabilidade. O buraco do BPN é vossa responsabilidade.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, está realmente nervoso! Ouça o que eu tenho para lhe dizer.

Porque os senhores nacionalizaram o lixo do BPN, mas não foram nacionalizar os bons ativos do BPN. Isso os senhores não quiseram fazer.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que esqueceram!

O Orador: Os senhores são responsáveis por 7 mil milhões de euros de buraco que os senhores fizeram e que os portugueses estão a pagar. É só para dar um exemplo.

Os senhores nacionalizaram os ativos tóxicos e não foram aos bons ativos da Sociedade Lusa de Negócios.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Então o senhor vai-se levantar aqui...

Deputado José San-Bento (PS): Está a ameaçar?

Ó Duarte, o Gabinete de Estudos já não privatizou o BPN?

O Orador: ... nesta casa, e vai explicar a questão.

O senhor vai-se levantar, porque está a dizer que não é verdade, e vai explicar se é verdade ou não, o seguinte: os senhores nacionalizaram o que era tóxico e deixaram os bons ativos da Sociedade Lusa de Negócios na mão da Sociedade Lusa de Negócios e do BPN. Da Sociedade Lusa de Negócios não quiseram os ativos e o buraco de 7 mil milhões de euros é da vossa responsabilidade.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que lá estava?

O Orador: A história pregressa do BPN todos nós sabemos, mas o senhor vai explicar agora os 7 mil milhões de euros.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados (faça favor de se sentar, Sr. Deputado Artur Lima):

Se nós quisermos, até podemos, ao abrigo do nosso Regimento, constituir uma Comissão de Inquérito ao BPN, mas eu gostava de lembrar que não estamos aqui a discutir nem o Memorando de Entendimento, nem o BPN, embora haja, eventualmente, alguma relação.

Eu gostava que nós nos cingíssemos ao objeto da nossa Resolução.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para me inscrever.

Presidente: Muito bem, está inscrito, Sr. Deputado. Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, falei no BPN porque está diretamente relacionado...

Deputado Francisco César (PS): Com a EDA!

O Orador: ... com a intervenção do Sr. Deputado José Rego.

Falei no BPN porque está diretamente relacionado como causa de se estar a cortar subsídios de férias e de Natal.

Quem chamou a Troika aqui não fui eu.

Sr. Presidente, se isto é desviar-se do assunto, sinceramente, não compreendo.

Não compreendo como é que (no entender de V. Exa. é legítimo, e com certeza que é quem dirige os trabalhos desta Casa) me desviei minimamente do assunto, de uma coisa que tem a ver com a situação financeira do país...

Deputado Francisco César (PS): Foram cerca de 2 mil quilómetros!

O Orador: ... com a crise que o país atravessa, com a crise que a Região atravessa.

Sr. Presidente, o que eu fiz até agora foi focar-me no assunto.

Se o BPN é uma das causas da crise financeira, se o BPN é uma das causas da crise social e económica que o país vive, a culpa não é certamente minha.

Agora, eu não vou deixar de o dizer aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Lima (PS): Quem estava à frente do BPN eram os amigos dos senhores!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, a minha crítica não era fulanizada e não era dirigida exclusivamente a si, como é natural.

Agora, eu, sinceramente, creio que não estamos a discutir a crise financeira internacional, nem a crise social. Estamos a discutir uma coisa mais concreta.

Se há aqui alguma relação, evidentemente que há, mas eu fazia um apelo para discutirmos o objeto da nossa Resolução, até porque naturalmente, face à importância do assunto, em geral, já fizemos aqui muitas vezes, e havemos de voltar a fazer com certeza, sobre as demais diversas formas regimentais, a discussão desses assuntos. Havemos de voltar a fazer, naturalmente.

Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos conhecemos a situação económica e social em que vivemos hoje.

Sabemos que tal situação obrigou a uma conjuntura de trabalhos, com custos acrescidos para os cidadãos e para os trabalhadores, em geral.

Significa assim que os sacrifícios devem ser repartidos por todos, sem exceção, na exata medida das suas próprias capacidades e aptidões.

Se a generalidade das pessoas reconhece a situação de emergência em que nos encontramos, e por via disso até estão, até certo ponto, disponíveis para cumprir medidas que todos sabemos serem penosas, já não estarão tão disponíveis para aceitar exceções entre trabalhadores, transformando-os uns em trabalhadores de primeira e outros de segunda;...

Deputada Zuraída Soares (BE): A preocupação é só com isso!

O Orador: ... uns em filhos e outros em enteados; uns trabalhadores de exceção e outros nem por isso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, nada há que descredibilize mais a política, os governos, os políticos e a democracia em geral, do que impor sacrifícios a uns e exceções ou benefícios para outros.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Deputado, diga isso ao Governo da República!

O Orador: Sr. Secretário Regional, se o tempo é de sacrifícios, esses devem ser distribuídos equitativamente por todos, sem exceção, e esta é a posição do Partido Social Democrata dos Açores.

Nesse ponto de vista o PSD-Açores não deve, nem pode aprovar o Projeto de Resolução em apreço, dado que isso iria significar a criação de mais injustiça face a todos os outros trabalhadores que estão sujeitos aos sacrifícios que aqui se pretendia excepcionar.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao objeto desta recomendação do Bloco de Esquerda a Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente, mesmo tendo consciência de que já está a decorrer um processo negocial, o que não impede que, em termos políticos, esta Assembleia, dê esse sinal, um sinal claro da importância que tem, no caso desta empresa (mas no caso de outras também) que sejam repostas remunerações e direitos aos trabalhadores que lhe foram subtraídos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): “Rouuubados!”

O Orador: Exatamente, roubados! Se o senhor gosta de ouvir, eu direi: foram roubados!

Deputado António Marinho (PSD): Delapidados!

O Orador: ... pelo Governo do PSD/CDS-PP.

Portanto, quer relativamente à EDA, quer relativamente a outras empresas, a luta dos trabalhadores há de, com certeza, continuar e, em termos políticos, haverá sempre quem esteja ao lado da luta dos trabalhadores, seja dos trabalhadores da EDA, seja dos trabalhadores da Administração Pública Regional, seja dos trabalhadores de outras empresas públicas, bem assim como do setor privado.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Algumas considerações finais sobre o destino anunciado deste Projeto de Resolução.

Duas questões prévias que não posso deixar de sinalizar:

Primeiro, penso que nós, durante este plenário, sobretudo ontem e hoje, podemos concluir que o PSD está em profunda fase de autocritica (o que é uma coisa que só lhe fica bem) relativamente ao Governo da República, porque o discurso e a intervenção do Sr. Deputado Rui Ramos, seria o melhor do mundo, seria um discurso eticamente, cristãmente e absolutamente subscrevível, não fora a circunstância do seu governo, na República, fazer exatamente o contrário

daquilo que o Sr. Deputado veio aqui defender, que deveria ser feito, nomeadamente ao nível das exceções.

Deputado Luís Garcia (PSD): E não podemos ser contra, por causa disso? A autonomia não serve para isso?

A Oradora: O Sr. Deputado recorreu àquele ditado popular: ou há moralidade, ou comem todos!

O problema é que não há moralidade e por isso não comem todos, comem apenas alguns.

Sr. Deputado, basta lembrar a TAP...

Deputado João Costa (PSD): Veja o Projeto de Resolução que tem!

A Oradora: ... a Caixa Geral de Depósitos, a própria RTP, SA,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A SATA!

A Oradora: ... os CTT, a ANA (e nem quero continuar), os institutos públicos,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Está mal!

A Oradora: ... os ordenados, os vencimentos absolutamente imorais em qualquer situação, mas na situação que o país neste momento atravessa de grande parte dos administradores públicos destas empresas.

Esse seu discurso, Sr. Deputado, não pode de maneira nenhuma ser credível, nem pode ser levado a sério, porque o senhor veio defender aquilo que gostaria de existisse no mundo real, mas eu vou ter que lhe dizer uma coisa: está no partido errado, Sr. Deputado.

Deputado João Costa (PSD): Qual é o partido certo?

A Oradora: Vai ter que começar a repensar o seu cartão partidário e o partido em que está.

Depois acrescentar que há sempre uma primeira vez para tudo, Sr. Deputado Artur Lima, e eu vou dizer-lhe uma coisa:

Se eu tivesse trazido à coação a este plenário o problema do BPN, quando nós estamos a discutir uma empresa açoriana e os trabalhadores açorianos, o senhor ter-me-ia dito assim, como diz sempre: “fale dos Açores, Sra. Deputada! Fale da Região! A senhora não conhece os Açores”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

A Oradora: É verdade!

Falar do BPN, até porque é um caso de polícia que daria uma grande história, um grande romance policial, é sempre uma boa ocasião.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um drama!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é verdade, os amigos do Cavaco é tudo gente boa!

A Oradora: Mas neste caso concreto estamos a falar dos trabalhadores açorianos.

Perguntaram os Srs. Deputados, e bem, o que é que esta empresa tem de especial? Tem uma coisinha de especial que faz a diferença toda e que eu identifiquei na minha primeira intervenção. É que tem praticamente 50% de capital privado.

Para que as pessoas entendam o que isto quer dizer, quer dizer que aquilo que é retirado aos trabalhadores não vai para o Estado, não vai ser investido na economia, em todo o trabalho de dinamização do nosso tecido económico que nós temos que fazer nesta Região, não vai para os tais sacrifícios que, hipotética e alegadamente (e só alegadamente) são iguais para todos. Não! Vai diretamente para os cofres dos acionistas privados dessa empresa.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É contra os privados?

A Oradora: É isso que a torna um caso *sui generis* e especial na nossa Região.

Depois, Sras. e Srs. Deputados, virem dizer que podemos tirar a estes trabalhadores, porque os sacrifícios são para todos, daria vontade de rir se não desse vontade de chorar, porque não há um português, não há um açoriano, não há uma açoriana, que já não tenha percebido que a maior mentira neste país é que os sacrifícios são para todos.

Não são, não senhor! São para os mais fracos, são para aqueles a quem é fácil ir buscar o pouco que eles têm.

Os sacrifícios são para os trabalhadores. Todos os contratos assinados entre o Estado e os trabalhadores foram rasgados por este Governo da República e, neste caso concreto também, nesta empresa, pelo Governo Regional.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Mas os contratos assinados com os grandes e os poderosos, como por exemplo, nas parcerias público-privadas, não se podem rasgar.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Esses estão tão bem feitos, estão tão armadilhados, pelos escritórios de advogados existentes neste país...

Deputado José Cascalho (BE): É verdade!

A Oradora: ... que os governos não lhes podem tocar, mas aos fracos, aos mais frágeis, àqueles que ganham o ordenado mínimo regional e menos do que isso, pode-se ir buscar tudo e não há quem possa dizer nada. Porquê? Porque aí estão os sacrifícios para todos. Ninguém é capaz, neste país, sem corar de vergonha e de indignidade, de dizer uma coisa destas dentro ou fora deste Parlamento.

Para terminar, eu percebo o *low profile* da intervenção, que registo, do Sr. Deputado José Rego, do Partido Socialista. Percebo-a, por uma razão simples: O Partido Socialista não tem justificação para esta situação. Portanto, não há outro remédio senão reconhecê-lo. Aliás, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez o sentido de voto quer dizer isso mesmo, é a velha história do “não aprovamos, porque já estamos a fazer” ou “não aprovamos porque vamos fazer”. É a mesma coisa. Eu compreendo o *low profile*.

Agora, os açorianos(as) têm que tirar uma ilação deste posicionamento do Partido Socialista. É que se o Partido Socialista nesta Região se afirma alternativa de sensibilidade social...

Deputado José San-Bento (PS): E é!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E é, comprovadamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a exceção à SATA, o que é que é?

A Oradora: ... se afirma como alternativa a um governo de direita do PSD/CDS na Assembleia da República, tem que ser coerente com aquilo que diz. E não há coerência relativamente à retórica quando o Partido Socialista assume o posicionamento que aqui assumiu.

Para finalizar, porque não há muito mais a dizer sobre esta matéria, afirmar o seguinte:

Combater o desemprego, dinamizar a economia, devolver o poder de compra às nossas famílias, sobretudo à frágil classe média que esta Região ainda tinha até há bem pouco tempo, é a melhor maneira de defender as empresas deste país e desta Região. Todas elas!

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Não são os fundos que o PSD propõe nesta casa que resolvem o problema das empresas.

Deputado José Cascalho (BE): Poder de compra!

A Oradora: É o poder de compra...

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: ... que todos os dias é retirado aos trabalhadores nesta Região e aos trabalhadores da EDA também.

Deputado José Cascalho (BE): E a economia!

A Oradora: Enquanto os senhores não compreenderem isto não há nenhum sacrifício que salve o país ou que salve esta Região.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, o Partido Social Democrata aprova sempre que considera (venham as propostas de onde vierem!) que as propostas são justas e promotoras da justiça. Fizemo-lo isso ontem em relação a um Projeto de Resolução também do Bloco de Esquerda.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada sabe que isto que lhe vou dizer é a mais absoluta verdade:

Tenho por si uma grande estima.

Deputado José Cascalho (BE): Não é uma questão de estima!

O Orador: Tenho por si uma grande consideração e respeito profundamente a forma como defende as suas convicções.

Dirijo-me também aos trabalhadores da EDA. Nós compreendemos as vossas razões, tal como compreendemos as razões de angústia de milhares e milhares de açorianos.

Compreendemos que com o vosso trabalho em nada contribuíram para o agravamento do défice, quer do Orçamento nacional, quer do Orçamento regional.

Mas a pergunta que eu faço, é esta:

De que forma o trabalho de um professor, de um enfermeiro, de um trabalhador de uma câmara contribuiu para esse défice?

De que forma eles se sentirão sabendo que há outros que ficaram de fora desses sacrifícios? Não se sentirão injustiçados?

Deputada Zuraída Soares (BE): Outra vez? Está a fingir que não percebe!

O Orador: Sra. Deputada, eu percebi muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! Então ainda é pior!

O Orador: Sou contra toda e qualquer exceção...

Deputada Zuraída Soares (BE): Diga isso ao seu partido!

O Orador: ... e sempre que se arranjar mais uma exceção estamos cometendo uma injustiça em relação a todos os outros trabalhadores que ficam de fora dessas medidas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Com isso, Sra. Deputada, não podemos compactuar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Os senhores compactuam todos os dias!

O Orador: Se o Governo da República assim o faz, faz mal, Sra. Deputada.

O PSD-Açores não tem problema nenhum em dizer que está mal aquilo que está mal e em concordar com aquilo que está bem.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Não percebo por que é que o senhor deixou de liderar os TSD!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Há coisas que o senhor não percebe!

Deputado João Costa (PSD): Deixe estar que os seus dias de liderança estão a chegar ao fim!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima, faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Logo que a câmara esteja mais calma...

Sr. Deputado João Costa... Sr. Deputado Berto Messias, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar aqui uma coisa.

O que incomoda o Bloco de Esquerda é o acionista privado da EDA.

Deputada Zuraída Soares (BE): Os!

O Orador: Ou os acionistas privados da EDA.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não! O que incomoda é os trabalhadores, para eles!

O Orador: Não incomoda ao Bloco de Esquerda o acionista público da EDA e isso é que é extraordinário.

O Bloco de Esquerda que tem à sua frente o acionista público da EDA, não lhe exige nada. Antes, vem criticar os acionistas privados da EDA. Essa é absolutamente extraordinária!

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Deputado, leia o Projeto!

Não faça isso, porque fica-lhe mal!

O Orador: Mas assumam aqui, de viva voz, no microfone, para ficar para o Diário das Sessões.

Agora, já percebemos que o Bloco de Esquerda quer uma economia vibrante.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mista!

O Orador: Mas é contra os privados!

É isso que os trabalhadores e as empresas dos Açores têm que saber, que o Bloco de Esquerda não quer que a privada tenha lucros. Os privados andam a meter dinheiro ao bolso.

Deputada Zuraida Soares (BE): Que vergonha!

O Orador: Andam a fazer um assalto aos dinheiros públicos.

Sra. Deputada, a senhora sabe fazer melhor do que isso, quando quer.

Deputada Zuraida Soares (BE): E o senhor também. O senhor sabe fazer bastante melhor!

O Orador: Relativamente a esta questão, o Governo Regional, nesta matéria, é exatamente igual ao Governo da República. É exatamente igual, sem pôr nem tirar, como é exatamente igual numa outra matéria, copiada do Governo da República quando lhe dá jeito, que é a exceção que o Governo Regional arranjou para a SATA. Foi exatamente copiada a mesma solução que o Governo da República arranjou para outras companhias nacionais.

Portanto, expliquem-me lá, esta coisa.

Descubra as diferenças (é o desafio que eu faço a esta casa) entre o Governo Regional do Partido Socialista e o Governo da República do PSD e do CDS, relativamente a essas duas questões de cortes salariais e de exceções. Os senhores vão ter que explicar, hoje, aqui.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fale para ali!

A Oradora: Já agora, falo para onde quero, Sr. Deputado!

Registrar a última intervenção do Deputado Rui Ramos. Dizer-lhe uma coisa muito simples:

Neste momento há telefones, há telemóveis, há faxes, há mails, há SMS. Tente mandar todos os dias para o seu Governo da República esse recado que aqui trouxe: não está de acordo com nenhuma exceção.

Eu também não!

Aliás, nenhum português(a) estará, nenhum açoriano(a) estará!

O problema é que é fácil dizer nos Açores que não se está de acordo, mas na República faz-se exatamente o contrário.

Deputado Rui Ramos (PSD): Sra. Deputada, eu sou Deputado dos Açores! Represento o povo açoriano!

A Oradora: Mais uma vez, são dois pesos e duas medidas, dependendo do contexto.

Deputado João Costa (PSD): Até a senhora faz o contrário do que defendem em Barrancos!

A Oradora: Depois, dizer também que compreendo o discurso do Sr. Deputado Artur Lima, porque alguém que entende que os representantes, que os legítimos representantes dos trabalhadores são grupelhos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não disse isso!

A Oradora: ... eu entendo que olhe para o Bloco de Esquerda...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

A Oradora: É tão falso como aquilo que o senhor acabou de dizer que nós defendemos.

... e afirme que somos um partido contra os privados. Dá vontade de rir! Se há partido que tem votado tudo o que o Governo Regional tem proposto para as empresas privadas, o Bloco de Esquerda aqui está (dois Deputados!) e sempre votámos favoravelmente e vamos continuar a fazer.

Somos contra os privados?

Sras. e Srs. Deputados, nem quem acredita no Pai Natal, ...

Agora, há uma coisa contra a qual o Bloco de Esquerda é, e vale a pena deixar clarificado aqui mais uma vez. É que tirar aos trabalhadores, tirar àqueles que menos têm e entregar de mão beijada àqueles que já têm tudo, contra isso o Bloco Esquerda é e será sempre,...

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: ... por muito que isso possa agoniar o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não agoniza nada!

A Oradora: Mais uma vez quanto ao BPN, eu também não posso deixar de registar o *frisson* que este tema provoca, muitas vezes também aqui no nosso

Parlamento. Mas o certo é que esse *frisson*, essa agitação, essa inquietação de consciências deveria ir mais longe, quando cada um de nós (nós, contribuintes portugueses e açorianos também) está a dar do nosso dinheiro, a pagar ano após ano, um caso de polícia onde ninguém ainda foi identificado nos inúmeros roubos e saque a que aquela instituição foi sujeita.

Já vai em 7 mil milhões, Sras. e Srs. Deputados, tirados dos nossos bolsos, mas contra isto não há problema, ninguém se levanta para dizer: “estes sacrifícios não podem ser”, “os sacrifícios são iguais para todos, não há exceções”!

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, este tipo de discurso, uma vez de uma maneira outra vez doutra, umas vezes não concordamos porque é na República mas aqui vamos fazer doutra maneira, não cola.

Finalmente, continuo a dizer: aquilo que é verdadeiramente de registar nesta matéria, relativamente ao Projeto de Resolução que o Bloco apresenta, é a posição do Partido Socialista dos Açores, que para nós é absolutamente injustificável e é motivo de estupefação.

Os açorianos e açorianas tirarão as suas conclusões.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM a nossa posição é claríssima, sobre esta matéria.

Fomos a primeira força política nos Açores...

Deputado Francisco César (PS): Está reunida com os melhores especialistas do mundo!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É sempre o primeiro!

O Orador: Olhe, Sr. Secretário da Presidência, há muito que não o ouvia fazer uma afirmação tão verdadeira!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É verdade!

O Orador: O que gostava de referenciar era o seguinte:

Sra. Deputada Zuraida Soares, ouça o que lhe vou dizer:..

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ouça por que está a ser acusada de plágio!

O Orador: Não!

O que lhe quero dizer é que da parte do PPM, o PPM foi o primeiro partido nos Açores (assume isto)...

Deputado Francisco César (*PS*): Quem?

O Orador: ... a defender, intransigentemente (e trouxe esta matéria para a discussão orçamental!) a manutenção dos subsídios de férias e de Natal, por exemplo.

Deputado Francisco César (*PS*): E tem os melhores especialistas do mundo, Sr. Deputado!

O Orador: Na altura tive a oportunidade de dizer que na nossa perspetiva e de acordo com a leitura que fazemos das competências da Região Autónoma...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): E o PCP!

O Orador: É verdade também, o PCP e o Bloco de Esquerda também trouxeram essa matéria, mas depois do PPM.

O que eu considero que é fundamental reafirmar aqui é o seguinte:

A posição e aquilo que diz o Partido Socialista nesta matéria, de facto, não corresponde àquilo que faz, porque o Partido Socialista, na altura, e o Governo Regional, o que referenciaram foi: “Não! Os subsídios de férias e de Natal, é uma pena! O Governo da República, de facto, é um mauzão! Tiram-nos isto tudo e nós, aqui, não podemos fazer nada!”

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Podem, podem!

O Orador: Foi a vossa leitura.

O que eu vos pergunto é:

Qual é o dia (como é que eu sei?) que os senhores trazem o Estatuto Político-Administrativo da Região para as vossas mesas e quando é que ele, o Estatuto Político-Administrativo da Região, é colocado debaixo dos pés? Era isso que eu gostava de saber!

Quando é que os senhores olham para o Estatuto Político-Administrativo da Região, que vos dá competências específicas nesta matéria?

O pagamento dos subsídios de férias e de Natal, se quisesse, o Governo Regional podia continuar a pagar, de acordo com o nosso Estatuto, mas os senhores defendem as nossas competências quando vos dá jeito, quando não vos dá jeito já não estão de acordo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: Por isso é que eu acho que os senhores, nesta matéria, têm um mar de contradições. Por isso a vossa posição parece sempre muito pouco, parece um pouco plástica e artificial, ao sabor das conveniências populistas, Srs. Deputados do Partido Socialista.

É por isso que noto que os Srs. Deputados (não é desejar que este debate acabe o mais depressa possível), em relação a esta matéria como noutras, estão cheios de contradições.

Em relação à nossa posição sobre esta proposta, devo dizer, Sra. Deputada, que mantenho a posição do princípio. Somos a favor da introdução de todas as medidas que determinem e que impeçam que se retire os subsídios de férias e de Natal e outras matérias, mas para todos.

Não queremos, nem apoiaremos, as exceções.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Onde está a sua sensibilidade contra o Memorando da Troika?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Porque na minha perspetiva as exceções que foram...

(Diálogo entre os Deputados Berto Messias e António Marinho)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado António Marinho...

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

O Orador: Sr. Presidente, aquilo que me incomoda é que a leitura que eu faço dos apartes, é que os apartes deveriam ser sobre a minha intervenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então diga lá, Sr. Deputado, é contra ou é a favor?

O Orador: Aí, eu não tinha problema nenhum. Só que os apartes não são sobre a minha intervenção. Os apartes são sobre os apartes dos outros e depois isto é retirar um bocadinho...

Presidente: É uma vida difícil, Sr. Deputado!

Faça favor de continuar.

O Orador: É uma vida difícil e acho que não é essa a lógica dos apartes. Os apartes existem nas câmaras parlamentares desde o séc. XIX, mas são apartes à minha intervenção.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A sua intervenção não requer apartes.

O Orador: Os senhores façam apartes à minha intervenção. Até vos agradeço que façam apartes à minha intervenção.

Portanto, vou concluir. Vou já concluir até porque os senhores não estão...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Rapidamente!

O Orador: Rapidamente.

A questão é a seguinte. O que eu quero deixar acentuado são duas notas.

Primeiro, a contradição absoluta do Partido Socialista nesta matéria. Uma contradição que faz com que os senhores estão aí a tentar que o debate passe o mais depressa possível. Contradição absoluta nesta matéria entre aquilo que dizem e aquilo que fazem em situação concretas. Ponto número um.

Ponto número dois: exceções não!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantos pontos é que são?

O Orador: Porque na nossa perspetiva não é através de grupos mais poderosos que conseguem uma exceçãozinha para si ou sobre coação, aqueles grupos que têm maior força (e o Governo da República é completamente culpado nessa matéria, porque cedeu a interesses específicos – depois ver a argumentação – “mas por que é este grupo tem uma exceção?”). Depois aparece ali uma série de fatores que ninguém compreende.

Esta exceção é explicada pelo quê?

Ora, o Bloco de Esquerda aqui o que faz é criar também uma exceção e para nós os direitos e as dignidades dos trabalhadores açorianos são iguais para todos.

Portanto, propostas que reponham os direitos dos trabalhadores açorianos, para todos os trabalhadores açorianos, voto sim; propostas que criam uma espécie de *apartheid* entre trabalhadores açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...uns têm direito, outros não, voto contra.

A questão é esta.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Julguei que a Sra. Deputada tinha percebido, até na sequência de um aparte do Sr. Deputado José San-Bento que fez à minha intervenção, que lhe expliquei – quando o Sr. Deputado fez o aparte – o seguinte.

Relativamente aos sindicatos, legítimos representantes dos trabalhadores, são uma coisa; outra coisa, é outra coisa, que são alguns grupos dentro das empresas e esses sim é que eu adjetivo de grupelhos. Não confundi, nem misturei. Julgo que quando dei a resposta ao Sr. Deputado José San-Bento – a não ser que não estivesse com atenção – percebeu que eu não misturei uma coisa com a outra.

Agora, Sra. Deputada, também lhe digo: a senhora do alto esquerda do seu castelo altaneiro (altamente altaneiro)...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é para o Deputado Paulo Estevão!

O Orador: ... vem exigir a distribuição da riqueza, etc., etc., desses horríveis ricos que andam por aí.

Vou dizer-lhe uma coisa, Sra. Deputada: comece o Bloco de Esquerda por dar o exemplo e quando a esquerda deixar de ser *gourmet* e for uma esquerda

popular, naturalmente vai contribuir para aumentar o rendimento médio disponível dos outros trabalhadores que ganham 400 e 500€.

Quando o Bloco de Esquerda deixar de ser uma esquerda elitista, *gourmet* vem, naturalmente, contribuir e aí talvez então os outros ricos, horrorosos que a senhora não gosta lhe sigam o exemplo, mas se calhar estão à espera que o Bloco de Esquerda dê o exemplo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É evidente que a recomendação que o Bloco de Esquerda nos traz aqui é ao acionista público e maioritário. Não é aos privados.

Portanto, não me parece que, por essa via, haja qualquer problema. Está a recomendar ao acionista maioritário que resolva o problema.

Portanto, não tem a ver aqui com o privado e com o público. Está a fazer aquilo que pode e deve ser feito.

Depois, há aqui duas questões que me parecem muito importantes.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, e eu até considero que, relativamente, à questão do Memorando de Entendimento, V. Exa. teve sempre uma posição de princípio frontalmente contra. Está certo?

Então tudo o que for para abrir brechas naquilo que são as orientações que decorrem do Memorando são positivas, faz parte da linha contra uma coisa, a qual V. Exa. está contra.

Sr. Deputado, portanto, tudo o que seja abrir brechas, vamos abri-las.

Depois há aqui uma outra questão que é o seguinte e que tem de ser valorizada. Sabemos que estava a decorrer ou está a decorrer uma luta dos trabalhadores da EDA; sabemos que a greve foi suspensa porque entretanto se iniciou um processo negocial, o que não invalida que esta recomendação seja aprovada, mas há que, sobretudo, valorizar uma coisa. Politicamente não quer ser dado esse sinal, mas os trabalhadores com a sua luta vão consegui-lo e vão conseguir abrir esta brecha, assim como vão conseguir abrir muitas outras brechas naquilo

que tem sido este pacto de agressão ao país, aos trabalhadores, ao povo português e ao povo açoriano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado José do Rego, tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta discussão que estamos a ter aqui, o Partido Socialista foi claro naquilo que disse há pouco.

Portanto, não vamos entrar aqui no debate de como é que está feito o capital social da EDA ou não, porque nós sabemos o que é que nos distingue entre o Bloco de Esquerda e alguns partidos desta casa.

Nós entendemos que a EDA, o capital privado, deve participar. A EDA foi vendida em parte, esse dinheiro veio para a Região, serviu para investimentos da própria Região. Assim como alguns resultados da EDA (e ainda na Conta de 2010 vimos que foi a única empresa pública que até teve alguns resultados) serviram para reforçar as receitas da Região no seu Orçamento.

Portanto, nós não vamos entrar por aí: se deve ser dado aos privados, se vem para a Região ou não. Temos de ter sempre em conta que quando fazemos um pacto com privados, um privado quando aposta algum dinheiro numa empresa, tem de ter o seu retorno financeiro e a gestão...

Deputado José Cascalho (BE): Nós não estamos a tirar dinheiro!

O Orador: Estou a analisar no global a EDA.

Portanto, não dizer que os capitalistas roubam, que fazem, que acontece... o discurso que nós conhecemos do Bloco de Esquerda.

Portanto, o capital privado há de ser remunerado e é quando se estudar os resultados finais dessa empresa...

Deputado José Cascalho (BE): Não estamos a tirar dinheiro à empresa!

O Orador: ... que deve-se ter em conta até que ponto foi valorizado ou não o capital que os privados lá colocaram e a própria Região, a sua participação financeira.

Portanto, essa discussão não é trazida agora, porque nós não estamos a discutir ainda os resultados financeiros, resultantes desse efeito.

Por isso, Sr. Deputado do PPM e Sr. Deputado do CDS, eu fui muito claro a dizer: nós, Partido Socialista, já assumimos, aquando do momento dessa discussão dos subsídios, quer no Orçamento de Estado, quer no Orçamento da Região, e naquilo que nos era permitido demos um sinal aos trabalhadores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ao criarmos a remuneração compensatória e não manter os salários tal e qual, criámos um instrumento novo para compensar esses trabalhadores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí está!

O Orador: Não foi manter os mesmos salários tal e qual estavam, porque sabíamos os limites das propostas do Orçamento de Estado e por termos conhecimento desses limites das propostas do Orçamento de Estado não fomos mais além em determinadas condições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado do CDS, quando há brechas na TAP e noutras companhias...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na SATA!

O Orador: ... na própria lei do Orçamento de Estado, são essas brechas que permitem, muitas vezes, ir além em algumas situações. Portanto, nós entendemos que neste momento, relativamente à EDA, o que temos a dizer é o seguinte. Há diálogo entre a administração e os trabalhadores e é esse diálogo que nós devemos respeitar, por isso vamos votar contra esta proposta do Bloco de Esquerda.

Deputados Francisco César e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No essencial o que precisava ser dito a propósito deste Projeto de Resolução e da parte do PSD/Açores já foi dito.

Todavia, gostaríamos de deixar aqui uma sugestão e a sugestão é a seguinte: que o Governo, como acionista maioritário, dê instruções à empresa de Eletricidade dos Açores para que o dinheiro, a poupança resultante disto que aqui está seja integralmente aplicada na redução do passivo, portanto, que seja aplicada para o pagamento de dívidas, porque a EDA também tem.

Deputado Francisco César (PS): E os trabalhadores? E investimento, não!

O Orador: Portanto, o dinheiro dos trabalhadores, do nosso ponto de vista, deve ser canalizado para esse efeito: pagamento de dívidas, redução de passivo. Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Essa agora!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só dois breves comentários aos outros comentários entretanto feitos.

Primeiro. Eu sou pequenina, como é público e notório, portanto, de altaneira tenho pouco.

Portanto, não me revejo minimamente nessa descrição, até porque basta olhar para perceber que não.

Agora, o *apartheid* dos trabalhadores.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão fez-me lembrar o discurso dos *offshores* que é paradigmático no nosso país, que é “isto é uma vergonha, (por acaso lembro-me perfeitamente do Eng. José Sócrates dizê-lo em 2008) os *offshores* têm que ser fechados, a União Europeia tem que tomar uma decisão global sobre esta matéria”. Depois, perguntaram-lhe: “Então o nosso? O da Madeira?”. “Não, na Madeira não vamos fechar.”

“Primeiro fecham os outros, depois fechamos nós. Porque enquanto os outros não fecharem, nós não podemos fechar o nosso.”

Sr. Deputado, é exatamente a mesma coisa.

Esta conversa é para todos ou não é para nenhum,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já percebeu, Sr. Deputado.

A Oradora: ...é a melhor maneira de deixar que tudo fique exatamente na mesma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esse fundamentalismo é uma coisa demagoga!

A Oradora: Não! Eu quero o subsídio de férias e de Natal para todos os trabalhadores, mas depois, quando no concreto, se aponta o dedo: começamos por esta empresa e porquê?

Porque ela é a EDA. A EDA na nossa Região é, de facto, uma empresa *sui generis*, com características particulares, que muitas outras não têm. É uma boa razão para começarmos por aqui.

E ficarmos por aqui?

Não! Eu também quero, o Bloco de Esquerda quer e outros partidos nesta Casa querem, todos os trabalhadores. Um roubo é um roubo, o rasgar de um contrato assinado há séculos. É sim senhor o rasgar de um contrato.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já percebeu, Sr. Deputado?

A Oradora: Agora, nós não podemos é ficar nessa posição cómoda que é: em teoria nós queremos que seja para todos, mas no particular e no concreto “ai, ai, ai, não pode ser, porque depois temos *apartheid*. Uns sim, outros não!”

Não cola este discurso, Sr. Deputado.

Depois, também não posso deixar de registar algumas coisas que o Sr. Deputado José do Rego disse.

Se bem entendi, aquilo que está a ser tirado aos trabalhadores (e está-lhes a ser tirado muito)...

Há conversações? Há.

Vão fazer uma entremeadinha e chegar a alguma,...

Deputado Mark Marques (PSD): Vão!

A Oradora: ...enfim, conclusão que possa de alguma maneira penalizar o mínimo possível os trabalhadores?

Deputados Mark Marques (PSD) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vão!

A Oradora: Até vão.

E daí a pertinência da nossa posição. É que nós estamos ao lado dos trabalhadores e queremos dizer “nós concordamos com a vossa luta, vocês têm

razão.” Têm razão no problema deles e nós aqui, politicamente, também temos razão e temos a obrigação de, à frente dos açorianos e açorianas, dizermos de que lado é que nós estamos. Nós estamos a dizer claramente de que lado é que estamos. Os senhores é que não. O Partido Socialista é que não está a dizer claramente de que lado é que está.

Quando o Sr. Deputado diz que o dinheiro que se retira aos trabalhadores é investido depois na economia, enfim, da Região isso é uma coisa, Sr. Deputado, extraordinária, porque o que o senhor está a dizer é que os trabalhadores pagam duas vezes. Pagam os impostos como trabalhadores...

Deputado José Cascalho (BE): São uns grandes investidores! É extraordinário!

A Oradora: ...e depois ainda pagam para ter o seu posto de trabalho. Pagam para trabalharem na EDA.

Pagam duas vezes para investir na Região.

Mas qual é a profissão, nesta Região ou no país, que faz a mesma coisa?

Não pode ser. Esse discurso, esse argumento...

Deputado José Cascalho (BE): Sempre que há problemas são os trabalhadores que investem

A Oradora: ...ainda é pior a emenda, diria eu, do que o soneto.

Portanto, na realidade, a contradição está absolutamente à vista, é clara e acho que... mais palavras, para quê!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, gostaria de lembrar-lhe que se há sector onde existe e se mantém o subsídio de férias e o subsídio de Natal é exatamente no setor privado e nas empresas privadas.

Esses não retiraram aos seus trabalhadores...

Deputado José Cascalho (BE): Porque será?

O Orador: ...o subsídio de férias e o subsídio de Natal. Os privados não retiraram.

Agora, há que registar aqui uma coisa: quando dá jeito, o Governo Regional concorda com o Governo da República; quando não dá jeito, critica o Governo da República.

Deputados Francisco Álvares e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque até arranjou a primeira exceção. Se não houvesse nenhuma exceção nos Açores eu até compreendia que os senhores votassem contra. Agora, os senhores arranjam uma exceção para a SATA, exatamente com a mesma desculpa que deu o Governo da República a nível nacional.

Exatamente a mesma. Tirada, copiada!

Portanto, os senhores também abriram, por iniciativa própria, uma exceção nos Açores. Os senhores é que a abriram.

Ou então, ficamos a perceber que daqui para o futuro os senhores vão aplicar as medidas do Governo da República, mas só aquelas que vos dão jeito. As outras são para criticar.

É isso que o Partido Socialista vai defender daqui para o futuro?

É isso que o Partido Socialista quer?

Portanto, não podemos andar no melhor dos dois mundos.

Os senhores têm que se definir.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Têm que exercer a sua competência própria e os senhores é que abriram uma exceção para a SATA e, portanto, os senhores têm que agora ponderar que mais exceções vão abrir.

Por que é que a SATA é diferente da EDA?

Essa é que é a pergunta que os senhores têm que responder.

O mercado concorrencial é exatamente o que defende o Governo da República.

Portanto, nessa matéria são exatamente iguais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, o Partido Comunista pode ser criticado em muitas matérias, mas há algo que temos de lhe reconhecer: coerência ideológica.

Dizem-me que não estamos na época das ideologias. Considero que é fundamental que, no discurso e no pensamento político, também não exista uma deriva total em relação ao contexto do presente e à evolução dos acontecimentos.

É preciso que se tenha fundamentos sólidos sobre os princípios que se defendem. Isso é que é fundamental.

E, Sr. Deputado, o que eu li sobre a história do Partido Comunista nesta matéria em relação à defesa dos direitos dos trabalhadores é uma frente unida e uma defesa de todos os trabalhadores, em que ninguém fica para trás.

É verdade ou não é verdade?

É esta ou não é esta a posição histórica do Partido Comunista?

Portanto, Sr. Deputado, penso que aqui o equívoco é seu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Porque é fácil cavalgar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Ficam um conjunto de pessoas e de interesses bem dispostos connosco. O partido votou a favor, mas a minha atuação pauta-se por princípios. Estou estruturalmente contra esta medida, mas contra esta medida que afeta todos os trabalhadores. Não quero deixar ninguém para trás, ou não quero deixar alguém à frente dos outros.

Essa é a minha questão (e faço essa justiça ao Partido Comunista), essa é a posição histórica do Partido Comunista. Ninguém fica para trás; frente unitária dos trabalhadores portugueses.

É verdade ou não é verdade?

Esta tem sido a vossa posição.

Se já não é, informe-se sobre esta matéria então.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Um curso de formação ideológica!

O Orador: Quero dizer-lhe também o seguinte.

A sua imagem é uma imagem de um revolucionário profissional.

“Abrir brechas!”

O senhor quer destruir este regime, quer abrir brechas, mesmo que essas brechas abram outras brechas? A brecha da injustiça e da desigualdade?

O Sr. Deputado pode abrir essas brechas.

Sr. Deputado, não fique zangado comigo, isto são só diferenças do ponto de vista ideológico. Agora o que lhe quero dizer é: na minha perspectiva, a minha posição é a mesma de sempre. É a defesa de todos os trabalhadores. Não é criar aqui *apartheids*. Volto a repetir outra vez a expressão: o *apartheid* entre trabalhadores. Aqueles que têm mais força, que têm mais influência, que têm mecanismos que conseguem exigir e impor ao Governo uma determinada exceção, esses são beneficiados, os outros ficam para trás.

Não é essa a minha visão da vida. Sou solidário com todos os trabalhadores. Uma medida é injusta para *a* e para *b* e, portanto, era essa a vossa posição.

Informe-se, Sr. Deputado! Faça o favor de me informar se não é assim já!

Sra. Deputada Zuraída Soares, em relação ao contexto histórico e ideológico do Bloco de Esquerda que tem diversas tendências também (e aqui já é um bocadinho mais difícil de falar em termos de contexto ideológico) o que lhe posso dizer é que, o que percebo, é que o Bloco de Esquerda não tem defendido a segregação entre trabalhadores e, portanto, é para um, é para todos. Não é apenas para aqueles que são mais influentes e mais poderosos, ou que têm capacidade de furar o sistema. É para todos.

Esta é a minha posição.

Depois (termino, Sr. Presidente)...

Presidente: Tem mesmo que terminar, Sr. Deputado.

Terminou o seu tempo.

O Orador: Vinte segundos para dizer ao Sr. Deputado José do Rego o seguinte. Conheço-o há muitos anos e tenho por V. Exa. uma imagem de integridade e de honestidade intelectual. Reconheço-lhe isso. Tem integridade e honestidade, por isso é que quando se observa o seu discurso, se verifica que não se sente bem nessa posição, porque não está a tomar uma posição clara sobre esta matéria, exatamente porque o Sr. Deputado não está convencido dela e sabe

perfeitamente que é artificial e que é pouco racional. É, no fundo, uma desculpa.

Sr. Deputado, ou o Sr. Deputado assume determinados princípios políticos ou não assume, agora dizer “não, não, estamos à espera de umas negociações.” Desculpe, mas isto não é sério.

Há um conjunto de princípios. Qual é a nossa posição? Qual é a nossa política? A nossa política é esta... Isto tem de ser claro e o Sr. Deputado não nos diz nada disso.

Deputado José Rego (PS): Eu disse! O senhor não ouviu. Eu disse a nossa posição!

O Orador: O Sr. Deputado não nos diz qual é a sua posição.

A sua posição sabe qual é, Sr. Deputado?

A sua posição é adiar a sua posição.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito breve, Sr. Presidente.

Sei que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não tem tempo, mas depois dispenso-lhe alguns segundos, porque a pergunta que vou fazer é muito rápida e é de resposta imediata.

V. Exa., relativamente à proposta da remuneração compensatória, que foi aprovada no Orçamento de 2011, votou a favor ou contra?

Depois, esta questão do igualitarismo, Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

Onde é que o senhor foi descobrir isso, no histórico do PCP?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nos manuais de história.

O Orador: A discussão vai longa e não vale a pena. A pergunta efetiva (e desde já dispenso ao Deputado Paulo Estêvão tempo para responder), relativamente à remuneração compensatória, que foi aprovada aqui no Orçamento para 2011, votou a favor ou votou contra? E se considera que isso é ou não discriminação relativamente a outros trabalhadores?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe ainda de 4 minutos e 40 segundos.

Cede 2 minutos ao Sr. Deputado Paulo Estêvão?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** O tempo que for necessário para responder à pergunta.

Presidente: Não é o que for necessário. É dentro daquilo que tem, aquilo que pode ceder. Dois minutos?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quanto tempo necessita, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Consigo responder com 2 minutos e 15 segundos, ou seja, uma divisão igualitária do tempo.

Presidente: Dois minutos, então.

Dois minutos do tempo do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Tem dois minutos, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu respondo à sua pergunta.

O senhor sabe qual é a resposta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não sei, não!

O Orador: A resposta é sim.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Votou!

O Orador: Agora vou-lhe dizer o seguinte.

Mas é muito fácil.

Qual é a discriminação?

O Sr. Deputado faça o favor de explicar qual é a discriminação que se está aqui a criar?

Porque a questão é a seguinte: mesmo a nível depois do que foram as autarquias, veja qual foi a posição, por exemplo, também em relação a essa matéria. Também se seguiu a mesma lógica.

Portanto, aqui a ideia foi chegar a toda a gente em relação a esta matéria.

Não é um grupinho, é um conjunto grande de pessoas que estão a beneficiar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Toda a gente? E as pessoas do Continente?

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, a sua pergunta é fugir à minha pergunta. O senhor não respondeu à minha pergunta.

O senhor defende ou não defende uma frente unitária em relação aos direitos dos trabalhadores?

Historicamente é isso.

O Sr. Deputado pergunta-me onde é que fui buscar?

Olhe, fui buscar aos compêndios de história, ou estão falsificados?

Fui buscar àquilo que eu próprio ensino na história do 9.º ano e do 12.º ano. Ou estão falsificados?

Conheço a história do PCP e conheço a história do marxismo. Penso que todos nós aqui, nesta câmara, a conhecemos. É por isso que sempre defendeu o PCP o movimento unitário, em relação aos sindicatos, ao mundo sindical. Ou não é verdade?

Portanto, Sr. Deputado aqui a questão é a seguinte.

O Sr. Deputado tem aqui uma visão revolucionária: abrir brechas na muralha do sistema.

Para mim o que é importante é defender o conjunto dos trabalhadores sem discriminar nenhum.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já percebi!

O Orador: Um grupinho ou outro grupinho.

O exemplo que o Sr. Deputado deu não serve, porque sabe que neste momento...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...atinge a maioria esmagadora dos afetados.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os trabalhadores e D. Duarte!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Última tentativa, comprometo-me a isso.

Quem está a pagar a crise do nosso país, sendo espoliado de tudo aquilo que tem conquistado ao longo dos últimos séculos, são os trabalhadores da Administração Pública.

Os privados também estão, mas os trabalhadores da Administração Pública é que têm sido o alvo preferencial da austeridade e das políticas autoritárias do nosso país.

Concordará com isto, Sr. Deputado?

Muito bem.

Acontece que a EDA, quando eu digo que é uma empresa *sui generis*, quer dizer que tem capital em 50,1% público e tem depois capital privado, o que quer dizer que os trabalhadores da EDA são assim uma espécie de ser híbrido. São em parte trabalhadores da administração pública e são em parte trabalhadores do privado. Isto para chegarmos ao tratamento igualitário.

Entende-me, Sr. Deputado?

Sendo trabalhadores do privado, não se lhes pode retirar aquilo que não se lhes retira a nenhum outro trabalhador do privado. Entende?

E é isso exatamente que estão a fazer. Estão a retirar-lhes aquilo que não podem retirar, porquê?

Porque vai reverter diretamente para os acionistas privados. Nem sequer é para um acionista público.

Estou a fazer-me entender?

Portanto, essa lógica da segregação, uns são assim, outros são de outra maneira,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É assim, é!

A Oradora: ...vamos criar desigualdades...

Não, não!

É extremamente simples.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É simplista e perigosa!

A Oradora: Portanto, volto a dizer-lhe, o discurso no abstrato, essa defesa dos trabalhadores no abstrato, fica-lhe muito bem com o tom da gravata, Sr. Deputado.

Mas se na prática, no concreto e na luta concreta o senhor não é capaz de apontar uma empresa e dizer por onde é que começa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por todos!

A Oradora: ...e como é que começa, o tom da gravata fica desbotado.

É a melhor maneira de não começar por nenhum.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por todos!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem 2 minutos e 40 segundos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como ficou claramente visto pela resposta do Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado Paulo Estêvão no Orçamento de 2011 não se importou de discriminar os trabalhadores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não discriminei ninguém! Quem é que eu discriminei?

O Orador: Hoje, de uma forma, enfim, incompreensível está-se a agarrar, a socorrer de um argumento que contraria essa incongruência. Ficou perfeitamente clara na resposta que deu à pergunta e nem percebo muito bem por que é que necessitou dos tais dois minutos, porque de facto V. Exa. em 2011 (e muito bem!) aprovou a remuneração compensatória, tendo disso consciência que iria...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! E era discriminatória?

O Orador: É sim, porque não abrangeu todos os trabalhadores. Aliás, de tal forma...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Discriminou alguém? Havia afetados?

O Orador: Sr. Deputado, mas afinal de contas quer igualitarismo ou não quer igualitarismo?

V. Exa. não quer, relativamente à defesa dos trabalhadores, é nada. V. Exa. não quer nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quero! Mas esse argumento é falso!

Perante as autarquias, a Administração Regional essa proposta é falsa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar.

Não tenho mais inscrições. Vou colocar à votação este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para fazer uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra. Mas é uma declaração de voto, Sr. Deputado, não é continuar o debate. É uma declaração de voto.

Estava a lembrar.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu, evidentemente nesta declaração de voto, vou explicar por que é que o meu voto foi desfavorável a esta proposta.

Percebo que o Sr. Presidente possa fazer essa afirmação preventiva, mas lembre-se que o Presidente do Governo Regional não está cá e não estamos a debater um assunto do Corvo, por isso é que eu considero que a análise preventiva seria essa.

Mas termino. É muito simples esta declaração de voto.

A declaração de voto é a seguinte. O argumento é este.

Eu não crio *apartheid*, não defendo medidas que imponham um *apartheid* na prática entre os trabalhadores açorianos.

Comigo e com o PPM não fica ninguém para trás. Por isso, é que em sede do Orçamento nós apresentámos uma medida que era direcionada para todos. Portanto, isto é que fundamental para todos no âmbito das competências do nosso Estatuto Político-Administrativo, porque Sr. Deputado Aníbal Pires (e

para lhe explicar o meu sentido de voto) é evidente que eu só posso decidir no âmbito das competências, porque o senhor ainda não derrubou o sistema legal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas tem vontade!

O Orador: Portanto, como ainda não derrubou o sistema legal há uma Constituição e há um Estatuto no âmbito do qual nós podemos desenvolver.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A minha proposta e a minha iniciativa é absolutamente para o universo para o qual eu posso legislar, para o universo para o qual eu posso decidir.

Portanto, de acordo com as competências que a Constituição e o Estatuto Político-Administrativo definem eu não discriminei ninguém. Fiz tudo, mas tudo para o universo onde posso legislar, porque as brechas que o senhor abre no sistema ainda não o derrubaram e há aqui um sistema que é definido por uma Constituição e um Estatuto Político-Administrativo, aliás que não é respeitado pelo Governo da República.

Mas isso aí é outro problema, isso aí são outras brechas que estão a ser abertas por outros que também querem derrubar, neste caso, o sistema autonómico.

Portanto, Sr. Deputado, o seu argumento de que eu não defendo, defendo todos, não deixo e não discrimino ninguém, no âmbito das competências do Estatuto Político-Administrativo e da Constituição.

Eu não posso ir para além disso. O sistema ainda não caiu. O senhor ainda não o derrubou.

Deputado José San-Bento (PS): Ainda não estamos numa monarquia!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sentido de voto do Partido Socialista relativamente ao nosso Projeto de Resolução só pode ter duas conclusões.

Primeiro. Quando se trata de atacar os direitos dos trabalhadores, minorizá-los, olhar para o lado, quando eles estão debaixo de pressão e de defender os

interesses instalados, o Partido Socialista entende-se sempre (sempre!) com o PSD e com o CDS, seja na República, seja na Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Pensei que a declaração de voto era para justificar o seu voto.

A Oradora: É lamentável e eu tenho pena.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): É uma declaração de voto!

O Orador: Não receie, Sr. Deputado.

É dentro das competências constitucionais e estatutárias que este Projeto de Resolução que aqui foi apresentado tem toda a legitimidade.

Portanto, não se está aqui a fazer nada, ou não se pretendeu fazer nada que não fosse estatutária e constitucionalmente possível.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O sindicato já conquistou.

Deputado José San-Bento (*PS*): Não é para todos!

O Orador: V. Exa., ou melhor, houve alguns Deputados aqui que, com certeza, confundiram as coisas.

Relativamente à questão do Orçamento e das proposituras em Orçamento, como V. Exa. sabe, e a propósito de procurar que todos os trabalhadores da Administração Pública e do Setor Empresarial Público da Região fossem beneficiados de igual maneira com a remuneração compensatória, foi proposto pelo PCP, em sede de Orçamento para 2012, que a remuneração compensatória abrangesse todos os trabalhadores, bem assim como fosse pago o equivalente ao subsídio de férias e ao subsídio de Natal.

Portanto, quanto a isso estamos conversados e relativamente a esta questão uma vez mais vem dizer que, independentemente, do sinal político que não foi dado de apoio aos trabalhadores da EDA, a verdade é que os trabalhadores da EDA já conquistaram qualquer coisa relativamente ao roubo que lhes esteve a ser feito.

Portanto, já foi conquistado.

São estas brechas, Sr. Deputado, que se vão abrindo e que podem permitir que outras se abram.

Aliás, penso que é do conhecimento desta câmara que está a decorrer uma petição dos funcionários da Administração Pública Regional para que lhes seja pago o equivalente ao 13.º e ao 14.º meses.

Portanto, as brechas abrem-se assim e é assim que se conseguem as vitórias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não tenho mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 35/2012 – “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção das atuais comarcas dos Açores, incluindo Nordeste e Povoação e os respetivos tribunais judiciais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Não sei se o Partido Socialista quer justificar a urgência. Creio que não é necessário.

Passamos de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos assim de imediato à substância.

Para apresentar o Projeto de Resolução dou a palavra à Sra. Benilde Oliveira.

Tem a palavra.

(*) **Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este projeto gostaria de dizer o seguinte.

Em relação à nova versão do mapa jurídico recentemente conhecida, cumpre-me, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, referir que esta reforma não só mantém a extinção do Tribunal do Nordeste, como já era referido na versão anterior, como vem propor também a extinção do Tribunal da Povoação.

Assim, é caso para dizer que vão-se alterando as versões, mas em nada se altera as injustiças contra os açorianos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: Aliás, esta nova versão enquadra-se perfeitamente no ataque do Governo da República aos serviços da administração central, sediados na Região Autónoma dos Açores, visando o desmantelamento das ações asseguradas pelo Estado na Região.

Deputado João Costa (*PSD*): Onde é que já ouvi isso?

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os fundamentos constantes na atual proposta para a reforma de organização judiciária no que respeita aos Açores, insiste nos seguintes erros:

- Desrespeito grosseiro das especificidades da Região estatutariamente consagradas;...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: ...- Desconhecimento da realidade arquipelágica;...

Deputado Paulo Rosa (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: ...- Definição de regras idênticas para todo o território português.

Acresce, em termos concretos, a proposta de extinção da comarca da Povoação, à semelhança do que já foi oportunamente referido sobre a comarca do Nordeste.

Não se traduz em qualquer redução significativa da despesa considerando que:

- O tribunal está instalado num edifício do Estado;
- Neste edifício, para além do tribunal, existem outros serviços da administração central;
- O edifício continuará assim aberto com as restantes valências a funcionar normalmente;
- Os profissionais administrativos ao tribunal, funcionários públicos, passarão para outra comarca.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:...

(*Risos do Deputado Clélio Meneses*)

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): De que é que se está a rir?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Não posso rir?

A Oradora: Sr. Deputado, tenha a amabilidade.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): A culpa é do Sr. Secretário que não me larga.

A Oradora: Está em curso, no imóvel aqui em causa, principalmente na parte do edifício referente ao tribunal, uma empreitada de restauro, beneficiação e melhoria das infraestruturas no valor de aproximadamente meio milhão de euros.

Este investimento não é compatível, ainda para mais no atual contexto socioeconómico, com a intenção (ora conhecida) de extinguir a comarca da Povoação, já que imediatamente após a conclusão das obras, que dotarão as instalações de qualidade exigida a qualquer serviço público, se amputaria o edifício da sua principal valência, o tribunal.

Pelo que o Governo da República pretende de forma inaceitável é reduzir consideravelmente o acesso à justiça por parte dos cidadãos do concelho da Povoação, sem que daí advenha qualquer redução de custos para o Estado.

Nestes termos conclui-se que esta proposta de reforma, por um lado, põe em causa os princípios da eficácia e celeridade da justiça, fazendo exatamente ao contrário daquele que deve ser o caminho neste setor e, por outro lado, desrespeita as especificidades da nossa Região e, por conseguinte, o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar Socialista realça o empenho de todas as bancadas parlamentares na defesa intransigente dos legítimos interesses do povo açoriano.

O Grupo Parlamentar espera que esta iniciativa legislativa recolha unanimidade no nosso Parlamento para que o Governo da República perceba, de uma vez por todas, que os açorianos rejeitam veemente reformas cegas e cortes feitos a torto e a direito, esquecendo o respeito pelas pessoas, nomeadamente pelos açorianos

e neste caso muito concreto pela Povoação e pelo Nordeste. Não vamos esquecer os açorianos que são os recursos principais de qualquer Região.

Por isso e por eles é que estamos aqui e eles merecem melhor. Portanto, espero o contributo de todas as bancadas.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Secretário Regional da Presidência e o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, eis-nos outra vez nesta Assembleia, na mesma semana de plenário, a falar basicamente dos mesmos assuntos, ou seja, da incúria, do desrespeito, da insensibilidade do Governo da República para com os serviços do Estado na Região.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas vão mudar de voto outra vez! Mais uma atitude bipolar! Uma vez sim, outra vez não!

Deputado João Costa (PSD): Guerrilha centralista!

O Orador: Infelizmente, digo infelizmente, porque não é com gosto que o Governo Regional se pronuncia sobre este tipo de matéria e não é com gosto que assiste à permanente guerrilha centralista do Governo da República contra serviços do Estado na Região.

Já tínhamos debatido nesta casa, aquando da primeira versão do ensaio para a reorganização das estruturas judiciais de janeiro deste ano, o possível encerramento do Tribunal do Nordeste – Nordeste sim, digo bem – e agora estamos novamente perante a hipótese não só do encerramento do Tribunal do Nordeste, como a acrescentar a essa intenção o encerramento de mais uma estrutura judicial nos Açores do Tribunal da Povoação.

Relembro que na altura do primeiro debate e da primeira versão deste documento o Governo Regional teve a necessidade de diligenciar junto do Governo da República para que fosse esclarecido das razões de tal decisão e para que pudesse explicar por que é que em termos concretos ela não se justificaria.

Na altura, escrevi uma carta à Sra. Ministra, a 1 de fevereiro mais precisamente, explicitando a nossa preocupação e os motivos que nos levavam a crer que essa decisão era errada e não tinha qualquer tipo de ganhos, quer financeiros, quer de outra ordem, que a justificassem.

Não tive resposta.

Perante a segunda versão das intenções do Ministério da Justiça, em que se acrescentava ao encerramento do Nordeste, o encerramento da Povoação, voltei a escrever à Sra. Ministra, voltei basicamente a argumentar da mesma forma, mas com uma preocupação acrescida, uma vez que já estávamos a falar de dois tribunais.

Não tive mais uma vez resposta, até às 7 horas e 52 minutos da manhã de hoje (curiosamente), em que o chefe de gabinete da Sra. Ministra enviou por fax uma resposta genérica (curiosamente hoje, às 7 horas e 52 minutos da manhã), dizendo que os argumentos estavam explicitados basicamente no próprio documento de reorganização das estruturas da justiça, que os Açores até iam ganhar e não perder com estas alterações e que elas se justificavam.

Não me espanta, infelizmente, vindo deste Governo da República, porque se na calada da noite, e nos gabinetes do Governo da República, se impediu os portugueses de acederem à reforma antecipada, como era regra e como era possível, sem nenhum tipo de justificação;

Se às escondidas e sem explicação este Governo da República fechou as portas...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ...e desmantelou o Serviço de Finanças na Calheta, em São Jorge, levando a mobília, transferindo funcionários sem dizer nada,...

Deputado Mark Marques (PSD): Transferindo não! Não havia era funcionário! Não está a par do assunto!

O Orador: ...sem dar nenhum tipo de explicação, mantendo um penoso silêncio a propósito das justificações desse ato; Se este mesmo Governo da República quando veio aos Açores, perante o Governo Regional, perante o Presidente do Governo Regional, e instado a comentar e a explicar a decisão de fechar o Tribunal do Nordeste disse que ia rever a decisão, que percebia os motivos, chegou a Lisboa e não só manteve a decisão de encerrar o do Nordeste, como acrescentou o da Povoação.

Se este Governo da República foi capaz de fazer isto tudo, não me espanta nada que venhamos mais dia, menos dia, mais hora menos hora, mais hoje, mais amanhã, ou até, se calhar, hoje à tarde, a saber que a decisão do Governo da República de fechar estes dois tribunais nos Açores é inapelável, está tomada e vai ser divulgada muito brevemente. Portanto, não me espanta nada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Agora, há coisas que as pessoas têm de perceber. Uma coisa é ter-se uma ideia do sistema de justiça em Portugal, da reforma do sistema de justiça em Portugal, da parte infraestrutural dessa reforma e ter-se um conceito novo; outra coisa é fazer-se o que o Governo da República está a fazer no caso dos tribunais nos Açores.

Relembro que na primeira versão do ensaio para a reorganização da justiça, em que se dizia que se fecharia ou que se pretendia fechar a comarca do Nordeste, o Tribunal do Nordeste, os argumentos invocados então, entre outros, eram sobretudo de proximidade de outras comarcas e, portanto, pelo número de processos no Nordeste e pela proximidade de outros tribunais junto ao concelho do Nordeste, fazia sentido fechar-se aquele tribunal, porque havia alternativa.

E sabem os Srs. Deputados qual era a alternativa ao Tribunal do Nordeste? O Tribunal da Povoação!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Claro!

O Orador: Aquele que agora querem fechar, ou seja, em janeiro fechava o do Nordeste e dizia-se às pessoas “não tem problema, vão à Povoação”. Na

segunda versão, 2 ou 3 meses depois, diz assim “aquele tribunal para onde a gente mandou os nordestenses vai ser fechado, mas não tem problema porque há lá outros.”

Agora os nordestenses em vez de irem à Povoação vão passar a ir sabe-se lá para onde.

Quer dizer, isto é do mais profundo desrespeito pelos açorianos, pelos nordestenses, em particular, pelos povoacenses, mas também pelos açorianos em geral.

Dizer-se que se fecha um tribunal, alegando que existem estruturas de proximidade (como o PSD/Açores gosta tanto de dizer) no concelho ao lado e logo a seguir fechar a porta do concelho ao lado, é do mais profundo desrespeito.

Portanto, nós estamos aqui perante uma situação que ultrapassa a mera vontade de reformar e cai naquilo que nós sempre dissemos que é um padrão de ataque constante, de ataque permanente à autonomia, à lógica da autonomia, às vantagens da autonomia e às instituições da autonomia, porque no fundo também houve um profundo desrespeito perante a palavra que se deu publicamente nos Açores. É muito fácil vir aos Açores e dizer-se que se vai considerar os argumentos invocados pelos órgãos de governo próprio e depois quando já se está a dois mil e tal quilómetros em Lisboa dizer-se “afinal não se vai reconsiderar nada, ainda vamos é fechar mais um”. Isso é absolutamente inaceitável.

É claro que agora já estou à espera. O PSD/Açores vai dizer “mas nós também não concordamos, mas nós também vamos votar a favor disso, mas nós também protestamos, porque nós também sabemos protestar contra os nossos.”

Só que cada vez que os senhores dizem isso (e já disseram muitas vezes, por muitas razões, pelo Serviço de Finanças da Calheta, pelo Tribunal da Povoação, pela RTP-Açores, pela Universidade dos Açores), cada vez que os senhores dizem essa conversa, cada vez que dizem aos açorianos “não se preocupem que nós também somos capazes de protestar contra os nossos companheiros de

Lisboa”, estão a passar um atestado enorme de incapacidade política aos senhores, aos próprios, ao próprio PSD/Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ao Governo Regional que é incapaz de governar!

O Orador: Porque de cada vez que os senhores têm razão para se queixarem dos seus companheiros em Lisboa, depois de terem dito aos açorianos que eram negociadores temíveis e difíceis; depois da Presidente do PSD/Açores ter dito ao senhor atual Primeiro-Ministro, em congresso, “eu não sou uma negociadora fácil, vou estar muitas vezes do outro lado do Sr. Primeiro-Ministro, eu vou estare muitas vezes do lado dos açorianos e eu não sou uma negociadora fácil, eu sou capaz de defender os Açores”,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é quando tivermos essa responsabilidade! Essa responsabilidade agora é do Governo Regional!

Deputado Rui Ramos (PSD): Governe, Sr. Secretário!

O Orador: ...e de cada vez que ela diz isto, depois de ter prometido isso, cada vez que os senhores não conseguem nada pelos Açores, os senhores estão a passar um enorme atestado de incapacidade política ao vosso próprio partido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que é Governo, (ainda)!

O Orador: Portanto, os açorianos já perceberam. Os senhores vão-se limitar a esse “protestozinho”, vão dizer que até são capazes de bater o pé aos seus companheiros de Lisboa e o resultado disso é zero. De cada vez que os senhores vierem aqui dizer que são capazes, que são negociadores temíveis, que é olhos nos olhos...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor é incapaz de assumir as suas responsabilidade!

Deputado Rui Ramos (PSD): Governe!

O Orador: ...cada vez que os senhores disserem que é olhos nos olhos e fecharem tribunais, fecharem serviços de finanças, a Universidade vir reduzida as suas verbas, a RTP-Açores vir-se reduzida a uma janela...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Governe, porque é para isso que o senhor é pago!

O Orador: ...de cada vez que isso acontecer os açorianos ficam a saber que os senhores são uns incapazes políticos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dar uma resposta clara e inequívoca ao desafio lançado pela Deputada Benilde Oliveira, dizer que da parte da Representação Parlamentar do PCP esta recomendação que o PS aqui nos traz terá todo o nosso apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito obrigada!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Álvares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, desde já, começar por dizer que obviamente o PSD vai votar convictamente o vosso diploma, o vosso Projeto de Resolução.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque o PSD não está, como vocês aqui quiseram dizer já várias vezes, hipocritamente, contra o fecho dos serviços de proximidade. O PSD está frontalmente contra o fecho dos serviços de proximidade quando eles prejudicarem as populações açorianas e não é o senhor que interpreta os juízos de valor dos outros partidos. Ponto um.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

O Orador: Gostaria, desde já, de lhes dizer que nós compreendemos bem e em particular eu não acredito que nesta Casa, seriamente, nenhum dos Deputados que aqui está não esteja verdadeiramente contra qualquer fecho de serviços que prejudique os Açores e os açorianos, ...

Deputados Duarte Freitas e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ...venha ele do Governo da República, venha ele do Governo dos Açores. Só que há uma diferença: os senhores quando se fala no Governo dos Açores obviamente que ficam incomodados e não gostavam que isso aqui viesse e percebemos o vosso incómodo nesse momento.

Mas deixe-me dizer uma coisa Sra. Deputada Benilde Oliveira. Nós estamos convicta e frontalmente contra o fecho do Tribunal da Povoação,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor já disse isso 3 vezes!

O Orador: ...do Tribunal do Nordeste e de quaisquer outros serviços, porque nós entendemos que, particularmente, nestas zonas mais isoladas e mais desfavorecidas as populações têm ainda mais custos, têm custos acrescidos quando se têm de deslocar a outro concelho, quando têm de almoçar fora, quando têm de gastar dinheiro nos transportes. Percebemos isso muito bem.

Deixe-me que lhe diga uma coisa. A senhora apareceu aqui toda prazenteira a apresentar esta proposta, este Projeto de Resolução e muito bem. Gostaria também de a ter visto quando o concelho da Povoação e o concelho do Nordeste foram largamente prejudicados pelo Governo a que a senhora pertence, vê-la aqui a fazer o mesmo papel.

Deputado Francisco César (PS): Quando, Sr. Deputado?

O Orador: Mas isso nunca ouvimos.

O que é que a senhora hoje pensa (porque isso também contribui para a proximidade entre as localidades) do concelho da Povoação, das SCUTS lá não chegarem?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: O quê?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

O Orador: O que é que a senhora pensa? Mas diga hoje, aqui, porque os povoacenses querem ouvi-la.

O que é que a senhora pensa de há 10 anos o Quartel dos Bombeiros da Povoação, um dos concelhos de maior risco dos Açores, ter sido continuamente prometido em todos os manifestos eleitorais e até hoje não ser construído?!

O que é que a senhora pensa da escola da Povoação estar sobrelotada e os alunos não terem condições?!

O que é que a senhora pensa das múltiplas promessas sobre acessibilidades dentro e fora do concelho em que nenhuma foi concretizada e que contribuem para dificultar a vida dos povoacenses todos os dias?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Força, Francisco!

O Orador: Diga hoje aqui, porque nós queremos saber o que é que a senhora pensa, porque isso também tem a ver com os serviços de proximidade.

Para terminar, deixe-me que lhe diga, deixe de fazer esse papel de mata-borrão...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

...que tanto convém ao Partido Socialista para esconder as promessas e as incapacidades desse partido e as dificuldades que tem causado aos povoacenses, aos nordestenses e aos açorianos em geral.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Nélia Amaral (PS): Isso foi de uma grande elegância!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi pedida a solidariedade, o apoio político de todos os Deputados nesta Assembleia Legislativa em relação a esta iniciativa. Pois, eu estou aqui para dizer presente. Presente aqui da mesma maneira que estou lá fora...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Onde?

O Orador: Como presidente nacional do partido, obviamente.

A grande vantagem no partido a nível nacional, no âmbito do PPM, somos nós que mandamos. É daqui que saem as diretrizes políticas e, neste sentido, a autonomia e os Açores, neste partido, é a grande prioridade.

Nessa matéria, meus senhores, o PPM o que diz aqui é o que diz lá fora. Melhor: o que diz lá fora é o que diz aqui.

Por isso, meus senhores, total apoio a esta iniciativa e a condenação firme por parte do PPM em relação a estes atos.

Mais do que isso: estou totalmente disponível, do ponto de vista político e do ponto de vista das capacidades do meu partido, para desenvolver as atividades todas que estiverem ao nosso alcance.

Está ali o Sr. Deputado Francisco César a abanar: “Não é grande coisa!”

Deputado Francisco César (*PS*): Não é consigo Sr. Deputado!

O Orador: O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que eu não posso fazer outra coisa do que manifestar todo o apoio político, todo o apoio logístico por parte do partido. Não posso fazer outra coisa para além daquilo que são as nossas capacidades, mas se o Sr. Deputado acha que é pouco,...

Deputado Francisco César (*PS*): Não era consigo Sr. Deputado!

O Orador: ...os senhores são Governo e também não estão a conseguir impedir.

Portanto, o que eu acho que é fundamental é que nestas matérias (e eu penso que estas questões depois acabam), se a autonomia resistir, se nós formos firmes na defesa dos nossos direitos e do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, formos firmes na defesa da autonomia dos Açores, tenho a certeza que nós vamos, a autonomia vai sobreviver, vai reforçar-se e é nesta linha que nós temos de manter-nos.

Num estado democrático nós não podemos fazer outra coisa a não ser assumir a fortaleza das nossas convicções, assumir a fortaleza dos nossos direitos, assumir a fortaleza das nossas responsabilidades com o Estado Português, porque o Estado Português (já o disse aqui muitas vezes e vou voltar a reiterá-lo) tem aqui muito do seu futuro e o que nós temos é que transmitir esta imagem de que nós estamos aqui a afirmar a autonomia.

Não é outra coisa do que a afirmar a soberania de Portugal, a afirmar a soberania do povo português e a afirmar a fortaleza de Portugal no Atlântico. Isto é que é fundamental e o Estado não pode demitir-se das suas responsabilidades na Região Autónoma dos Açores.

É isto que nós temos que referenciar e é esta voz (e vou já terminar, Sr. Presidente) e esta questão que sofrem um bloqueio mediático, porque cada vez que o Governo da República executa estas políticas e cada vez que este Parlamento e o Governo Regional também tomam decisões no âmbito da defesa da autonomia dos Açores, o que nós vemos é que as nossas vozes, as nossas decisões não chegam lá fora.

Nós temos um mundo mediático dominado por interesses privados...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pelo PSD!

O Orador: ...dominado por interesses empresariais, em que a última coisa que chega lá fora é a defesa da soberania dos povos, é a defesa dos interesses das populações.

Isso nunca é discutido. O que é discutido é sempre os interesses dos grupos mais poderosos.

O que nós vemos é que para a autonomia dos Açores é necessário que esta firmeza, a manutenção de uma grande solidariedade em relação à defesa das populações dos Açores...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Hoje preenche a ficha!

O Orador: ...é absolutamente essencial.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Por isso eu dizia no início da minha intervenção presente, aqui estou, coerentemente como hei de estar em todas as situações, venha a proposta

do lado que vier, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do CDS, do Bloco de Esquerda ou do PCP.

É-me indiferente, estou sempre, sempre a favor dos Açores.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, são 13 horas. Vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas.

Bom almoço. Até lá.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Como se lembram, estávamos a debater o Projeto de Resolução do Partido Socialista – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção das atuais Comarcas dos Açores, incluindo Nordeste e Povoação e os respetivos tribunais judiciais”.

Eu tenho algumas inscrições pendentes. Vou avançar na lista.

Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira intervenção para realçar aquela que tem sido a nossa posição ao longo dos tempos, e tem sido tomada de uma forma coerente, consistente e sempre na defesa dos interesses dos Açores e dos açorianos.

Desse ponto de vista estamos 100% de acordo com o Projeto de Resolução que o Partido Socialista apresenta nesta Assembleia. Somos contra o fecho dos Tribunais do Nordeste e da Povoação.

Fazemo-lo, não porque a Sra. Deputada Benilde apelou a que todas as outras forças partidárias se juntassem ao Partido Socialista, mas por convicção e porque temos um único princípio, temos os nossos valores que defendemos.

Não andamos no ziguezague e só quando nos interessa apoiar determinadas medidas é que apoiamos,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quando não interessa não apoiamos.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Somos consistentes e vamos continuar nesta linha.

Desse ponto de vista não podíamos falhar com esta chamada, mais uma vez, alertando para o Governo da República que os serviços de proximidade são fundamentais para as populações, nomeadamente aquelas que vivem em meios mais isolados.

Não estão nos grandes centros e vão ter maiores dificuldades em aceder a serviços que são básicos, são serviços que se em alguns casos fazem parte do dia-a-dia das populações, outro tipo de serviços as populações às vezes sentem necessidade de recorrer, exatamente no caso em que estamos aqui a tratar, para conseguir determinados objetivos a seu favor, ou então porque existe algum conflito de interesse na sociedade que urge resolver.

Reafirmamos, como sempre temos reafirmámos, que somos totalmente contra qualquer tipo de fecho de serviço de proximidade às populações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como referi e agora reitero, o Grupo Parlamentar do PS, com esta iniciativa, espera recolher unanimidade no nosso Parlamento, visto ser necessário deixar muito claro que os Açorianos rejeitam, frontalmente, reformas vagas e cortes feitos a torto a direito, pelo Governo da República, esquecendo o respeito pelas

peçoas, nomeadamente, pelos Açorianos, que são quem merece o melhor e quem estamos aqui para defender.

Relativamente ao Sr. Deputado Francisco Álvares, em primeiro lugar, devo dizer que o apelo à elegância feito pelo seu líder parlamentar foi infringido por Vossa Excelência.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional da Presidência)

A Oradora: Quanto ao seu comentário sobre o Concelho da Povoação, só por ignorância, Vossa Excelência, fez a afirmação que fez, tendo em conta o estado lastimável e vergonhoso que Vossa Excelência deixou a Povoação, tendo em conta a dívida deixada por si no valor de **37,6 milhões de euros!**

Deputado Francisco Álvares (PSD): Está a falar do Gabinete 118, Sra. Deputada? Responda às perguntas que eu fiz!

Deputado Luís Garcia (PSD): Chegámos à Assembleia Municipal!

A Oradora: Felizmente face à boa gestão da atual Câmara e ajuda do nosso Governo Regional, a dívida teve,...

Deputado Francisco Álvares (PSD): Diga de que dívida é? É do gabinete 118?

A Oradora: ... em apenas dois anos, uma descida para **22 milhões de euros.**

Isto porque agora, ao contrário do tempo de Vossa Excelência, a gestão municipal...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Gestão Municipal?!

A Oradora: ... assenta em valores como rigor e transparência!

Senhor Deputado,

Não se preocupe com o Concelho da Povoação, porque o senhor, a única preocupação que teve, foi deixar uma dívida insustentável para os povoacenses pagarem durante décadas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional da Presidência)

Deputado Francisco Álvares (PSD): Diga de que dívida está a falar? É do gabinete 118?

A Oradora: Este é o seu currículo. E a história, em democracia, não se apaga, nem se reescreve à nossa maneira.

Para terminar, deixo aqui a seguinte garantia: aquilo que ainda não conseguimos realizar até hoje no Concelho da Povoação, devido exclusivamente às dificuldades motivadas pela sua gestão,...

Deputado Francisco Álvares (PSD): Não é nada disso que a senhora está a falar!

A Oradora: ... serão realizadas no futuro pela Câmara Municipal com a ajuda do próximo Presidente do Governo Regional, o Dr. Vasco Cordeiro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Os Povoacences sabem em quem podem confiar!

Disse.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar voltar a centrar a questão no essencial, não deixando nem abdicando de retirar algumas conclusões políticas que parece que se impõem.

Queria começar por referir que a minha colega foi absolutamente clara...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

... na forma como o PS aborda mais esta tentativa do Governo da República, que é um Governo insensível às autonomias, insensível à interioridade, e é o Governo mais centralista de democracia portuguesa, conforme eu e vários colegas meus já tivemos oportunidade de referir.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Esta prova de desresponsabilização da parte do Estado, de desresponsabilização da parte deste Governo centralista, este Governo que bate o recorde do centralismo em se desresponsabilizar de funções às quais está constitucionalmente obrigado, não pode deixar de merecer a nossa censura e o nosso veemente protesto.

Deputado João Costa (*PSD*): Já cá faltava!

O Orador: É nas freguesias, é nos tribunais, é na Universidade dos Açores, é na justiça, é na RDP, é nas próprias Forças Armadas!

É um verdadeiro desfilar de exemplos de insensibilidade e de espírito centralista e continentalista.

Mas para além dessa linha de fundo, que é uma linha que nada diz ao PS, mas que diz a alguns partidos aqui dentro, o Partido Socialista acrescenta um aspeto que foi aqui muito bem dito pelo Sr. Secretário da Presidência e que eu queria sublinhar:

É que, para além desta filosofia de governação, estivemos perante um governante, um responsável do Governo que agiu com clara má-fé.

Não é aceitável, Srs. Deputados, nós não podemos permitir, que venha um responsável aos Açores dizer que a decisão não está tomada, que será ponderada, que será reavaliada e depois sabermos que afinal aquilo que era suposto ser ponderado sobre o fecho ou não do Tribunal do Nordeste corresponde ao fecho do Tribunal do Nordeste e ao fecho do Tribunal da Povoação.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: Isso não é leal! Isto não é aceitável! Isto tem que ser denunciado!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a falar do seu registo?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, esta reforma é errada e injusta.

É uma reforma cuja poupança é insignificante,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: ... e eu queria também salientar este aspeto.

E, pasme-se – eu tenho aqui várias testemunhas do que vou afirmar –, é uma reforma que não trará celeridade à justiça.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem são esses senhores?

O Orador: O Grupo Parlamentar, junto com o líder parlamentar, visitou o Tribunal da Povoação. Tivemos oportunidade, porque o PS segue de perto os problemas, estamos permanentemente ligados à terra, como eu gosto de dizer.

Fomos ao local, falámos com as pessoas, falámos com os povoacenses, falámos com os responsáveis do Tribunal da Povoação e ficámos a saber que não só a poupança é insignificante, como a celeridade da justiça não será assegurada.

É, por isso, uma reforma incompreensível a acrescentar a tudo aquilo que eu referi.

Há ainda mais um aspeto que não foi referido neste Parlamento que eu gostava de referir:

Em janeiro de 2009 vimos aprovada a revisão o nosso Estatuto Político-Administrativo, e aqui faço um parênteses e volto a prestar uma homenagem a todos os Deputados que participaram nesse trabalho, nessa Comissão e no grande consenso que se gerou.

Houve a preocupação, na revisão do Estatuto, de precisamente salientar a particularidade da organização da justiça nos Açores, dando claramente um sinal, na altura contra o Governo do PS, contra o Primeiro-Ministro José Sócrates, de que os Açores não são o Continente nem a Madeira. Os Açores são um território particularmente sensível, um território que tem que merecer uma ponderação diferenciada quando se fala em reformas tão importantes, reformas associadas à soberania como é particularmente o caso desta.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, todos esses motivos levam a que o PS tenha apresentado esta proposta e tenha feito o apelo, como a Sra. Deputada Benilde Oliveira fez, para o consenso e para a unidade, neste sinal forte que é importante darmos para o continente.

Há mais duas questões que eu queria abordar muito rapidamente:

Sr. Deputado Francisco Álvares (depois da resposta muito bem dada da minha colega), queria dizer-lhe que o senhor tentou fazer aqui uma manobra que tem que ser denunciada.

É falso o que o senhor tentou passar aqui!

O senhor procurou, sem grande habilidade mas num tom emproado...

Deputado Francisco Álvares (PSD): Não sou como o senhor, que é habilidoso! Não há ninguém que o supere nestas ilhas! Então no concelho de Ponta Delgada!...

O Orador: ... que conhecemos e que é o seu estilo, dar a ideia de que defende melhor do que ninguém o concelho da Povoação. Diria mais, o senhor procurou insinuar que era o único defensor da Povoação neste Parlamento.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Eu não disse nada disso!

O Orador: Isso não é verdade! É falso!

Quero deixar aqui um testemunho: os meus colegas de São Miguel, particularmente a Sra. Deputada Benilde Oliveira, naquilo que corresponde ao trabalho invisível dos Deputados, muitas vezes censurado, muitas vezes desconhecido, tem sido uma defensora acérrima e meritória, do concelho da Povoação e daquela Região de São Miguel.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Não faça interpretações que não correspondem à realidade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O senhor pergunta onde é que estive a minha colega quando houve uma data de problemas, que o senhor fez uma confusão terrível. Estive na primeira luta, na primeira linha de defesa do seu concelho.

Deputado Benilde Oliveira (PS): Obrigada!

Deputado Francisco Álvares (PSD): Ah! O senhor é que responde por ela? Pois, ela não é capaz!

O Orador: Ela respondeu e eu estou salientando e testemunhando essa capacidade que a Sra. Deputada manifestou.

Mais: já que o senhor fez tanta ênfase no esclarecimento, nós sabemos bem o que é que os povoacenses pensam do PS.

Deputado João Costa (PSD): Que bela testemunha!

Deputado Francisco Álvares (PSD): Vá agora lá! Vá ver se pensam da mesma maneira!

O Orador: Nós sabemos bem o que é que os povoacenses pensam do Governo Regional.

Nós sabemos bem o que é que os povoacenses pensam do nosso candidato à Presidência do Governo.

Mas nós também sabemos, Sr. Deputado, o que é que os povoacenses pensam da sua gestão desastrosa na Câmara Municipal da Povoação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Álvares (PSD): Em outubro vamos ver!

O Orador: Por fim, Sr. Presidente, uma última referência a uma conclusão política que tem que ser aqui deixada.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Sei que o senhor não gosta de ir à Povoação, porque é difícil!

O Orador: Esta situação permite ao Partido Socialista afirmar uma conclusão política da maior importância e que todos os açorianos têm que conhecer. Esta situação dos tribunais prova mais uma vez que, quer o PSD, quer o CDS, para quem tinha dúvidas, não têm qualquer influência sobre os seus pares a nível nacional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos não ganham nada em ter um governo nos Açores parecido ou igual ao Governo da República.

Os açorianos ganham é se elegerem uma maioria, se votarem num governo que já deu provas e que tem património de defender e de saber defender os interesses dos Açores...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... da Ilha de São Miguel, do concelho da Povoação, de todas as ilhas e de toda a Região.

É isso que os açorianos têm que saber e é isso que os açorianos devem ponderar na altura de votar em outubro e de renovar, como esperamos, a maioria ao PS.

Muito obrigado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mais uma vez a campanha eleitoral voltou!

Deputado António Marinho (PSD): Vais estar duas horas a repetir a mesma ladainha, mas isso já não passa!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado António Marinho.

A Oradora: Começava por dizer que o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução, como fizemos em fevereiro, quando aqui foi trazido o primeiro problema do Tribunal de Nordeste, e tecer também algumas considerações sobre esta matéria entrando assim no debate.

A primeira constatação que eu queria fazer é que há coincidências infelizes. Aquele *fax*, presumo eu, que o Sr. Secretário Regional da Presidência recebeu

às 7.50 da manhã, é de uma coincidência milagrosa e de uma infelicidade assinalável. Porquê?

Porque a notícia é exatamente o contrário daquilo que esperávamos que fosse e daquilo que esta casa continua, penso eu, se seguir aquilo que decidiu em fevereiro deste ano, a considerar como um direito inalienável das populações do Nordeste e agora das populações da Povoação.

Dizer também que sobre esta matéria, quer ao longo dos dias deste plenário, quer em fevereiro deste ano, já tudo foi dito e redito, e agora com mais acuidade porque não estamos a falar só de um tribunal, estamos a falar de mais um (dois!) e de uma ameaça que paira veladamente sobre outros que não sabemos ainda bem quais.

Começámos no Nordeste, estamos a acabar na Povoação e a estrada parece que continua.

É por isso que eu acho também que vale a pena fazer alguma história, desde fevereiro até hoje.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vale sempre a pena fazer história!

A Oradora: Eu gostava de trazer à colação o diário das sessões. Se os Srs. Deputados bem se lembram do debate de fevereiro, a minha última intervenção foi para sugerir aos açorianos(as) que consultassem o diário das sessões daquela discussão em concreto, em fevereiro deste ano, sobre o encerramento do Tribunal do Nordeste, porque nesse diário veriam alguns posicionamentos e algumas afirmações contraditórias.

Gostaria de as retomar em nome da verdade, da transparência e daquilo que todos nós dizemos aqui, que é “estamos todos contra”, mas depois vamos lá ver quais são aqueles que estão mais ou menos contra.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Aí é que está!

A Oradora: Na altura dizia, disse e repito agora, porque o contexto é o mesmo: “...que consideramos uma estranha conceção de diálogo, esta do Governo da República, e já agora da Sra. Ministra da Justiça, que primeiro decide e depois dialoga.

É exactamente o contrário daquilo que nós entendemos por democracia”, nós, Bloco de Esquerda.

“Antes da decisão é que deve haver o diálogo.”

Tecemos outras considerações. No fim da primeira intervenção eu disse:

“Portanto, a Sra. Ministra da Justiça merece sem dúvida uma censura desta Assembleia e os nordestenses e os açorianos em geral merecem que todos nós estejamos unidos na defesa da manutenção do Tribunal do Nordeste, exactamente no sítio em que está, e convém dizer “de borla”, sem custar um tostão ao Ministério. Não devem haver muitos no país assim, como todos nós sabemos”, disse eu na altura e consta da página 173 do diário das sessões.

Entrando no debate, e muito bem, o Sr. Deputado Pedro Medina, usando da palavra no mesmo contexto (consta também do diário das sessões) disse o seguinte, entre outras considerações que não vale a pena agora trazer ao debate:

“Queria dizer aqui à Sra. Deputada Zuraída Soares que de facto é fácil vir para aqui mandar alguns considerandos, sem ter o rigor de saber e de ler as matérias que estão envolvidas nesse processo e que são da maior importância e relevância, nomeadamente para o concelho do Nordeste, para a população do Nordeste, mas para a Ilha de São Miguel e para os Açores em geral.”

Deputado Pedro Medina (CDS-PP): Mantemos o mesmo discurso!

A Oradora: Aguarde, Sr. Deputado.

“Quando a Sra. Deputada diz e afirma que o Governo da República é que decide, não ouve as pessoas e toma as decisões, quero dizer-lhe que aquilo que a senhora acabou de dizer aqui, não corresponde à verdade e já vou dizer-lhe porquê”.

Sras. e Srs. Deputados, a realidade fala por si.

Aquilo que eu disse aqui em fevereiro corresponde à verdade, absolutamente, e até por antecipação.

Deputado Pedro Medina (CDS-PP): Diga a verdade!

A Oradora: Está aqui escrito, está na minha mão o diário.

Deputado Pedro Medina (CDS-PP): Leia tudo!

A Oradora: Mas eu vou repetir-lhe: “...aquilo que a Sra. Deputada acabou de dizer aqui, não corresponde à verdade e já vou dizer-lhe porquê”.

“Estamos a falar de uma questão de um estudo, estamos a falar duma proposta inicial...

Deputado Pedro Medina (CDS-PP): E era mentira?

A Oradora: ...e estamos a falar de critérios de ponderação para a manutenção ou extinção dos tribunais.”

E por isso, continuou o Sr. Deputado Pedro Medina:

Vou ler as declarações que hoje foram ditas: “o Sr. Secretário de Estado admitiu, por outro lado, que o Tribunal do Nordeste poderá vir a não ser encerrado,...

Deputado Pedro Medina (CDS-PP): Foi a notícia que o Sr. Secretário deu!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor é que disse!

A Oradora: “... como prevê a proposta inicial de reforma do mapa judiciário apresentado pelo Ministério da Justiça”.

Diz o Sr. Secretário: “estamos a recolher contributos e estamos abertos a ouvir todas as críticas e sugestões para que depois o Ministério da Justiça apresente a proposta final”.

Deputado Pedro Medina (CDS-PP): Disse ou não disse?!

A Oradora: Mais algumas coisas e concluiu assim o Sr. Deputado Pedro Medina:

“Não é, de facto, com discursos populistas e discursos fraturantes, como a Sra. Deputada Zuraída veio aqui afirmar e que não corresponde à verdade de todo este processo, que podemos defender a manutenção do Tribunal do Nordeste. Muito obrigado”, disse o Sr. Deputado.

Deputado Pedro Medina (CDS-PP): E o resto?

A Oradora: E agora eu acrescento:

Não é com as posições ambíguas do “defendemos a Ministra”, “defendemos o Secretário de Estado”, “defendemos a ponderação” ou “vamos esperar pela resolução, porque com certeza o Governo da República vai resolver bem”.

Afinal não é assim que se defende o Tribunal do Nordeste e afinal nem vai ser assim que conseguimos defender o da Povoação.

E quantos mais virão a seguir? – pergunto eu ao CDS, também como partido constituinte do Governo da República.

Fico à espera da resposta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Governo regressa ao debate porque fiquei de certo modo surpreso com a forma como o PSD se juntou à discussão.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Não se surpreenda pela não participação!

Deputado João Costa (*PSD*): O senhor não queria!

O Orador: Não! O PSD já falou! É capaz de não ter notado, mas o Sr. Deputado Francisco Álvares fez a intervenção inicial do PSD. O senhor, depois, é que prescindiu da palavra, mas entendo que o PSD é toda a bancada, embora se note que uns tenham mais protagonismo do que outros.

Quando o Sr. Deputado Francisco Álvares representou o PSD foi notório o facto de ter dedicado um minuto da sua intervenção a bater no peito e a dizer que era absolutamente contra o fecho do Tribunal da Povoação e quatro minutos a bater no Governo Regional porque tinha tratado de forma desadequada os povoacenses, o concelho da Povoação e até o concelho do Nordeste, em simultâneo, pela mesma obra, coisa que, de facto, não é fácil.

O Governo faz o projeto SCUT, executa o projeto SCUT e conclui o projeto SCUT.

O senhor diz que o projeto SCUT é mau para o Nordeste, porque faz chegar as pessoas mais rapidamente ao Nordeste, presumo eu, e é mau para a Povoação porque a Povoação fica fora do projeto SCUT.

Deputado Francisco Álvares (*PSD*): Não diga coisas dessas, isso fica-lhe mal.

O Orador: O que ficava-lhe bem era explicar o que é que o senhor quer dizer com isso, para ver se a gente percebe.

Deputado Francisco Álvares (PSD): O senhor é o ministro da propaganda desse governo, mas fica-lhe mal!

O Orador: Sr. Deputado, sobre os serviços de proximidade que o senhor prestou ao concelho da Povoação já os povoacenses disseram-lhe o que pensavam.

Deputado Francisco Álvares (PSD): De tanta inverdade que diz, já ninguém o leva a sério!

O Orador: Na sequência dos serviços de proximidade que o senhor teve ocasião de proporcionar aos povoacenses eles disseram que preferiam vê-lo ao longe, ou seja, aqui na Assembleia Regional e não lá com influência direta no seu dia-a-dia, porque isso já tinham experimentado e não queriam continuar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quanto tempo está a dedicar à câmara da Povoação, Sr. Secretário?

O Orador: Por outro lado, também os povoacenses têm dito ao longo destas quatro legislaturas o que pensam da atuação do Governo Regional.

É por isso que o Governo Regional, democraticamente, é sempre do mesmo partido nos últimos 16 anos, porque os povoacenses e a maioria dos açorianos acham que este Governo Regional tem contribuído para o desenvolvimento dos seus concelhos. Acho que isto era importante ficar aqui claro.

Por outro lado, eu gostava de chamar a atenção para o facto, embora tenhamos vários processos e tenhamos nos últimos tempos mais recentes várias demonstrações de insensibilidade e de tratamento desadequado da autonomia e da presença do Estado na Região, deste processo ter alguns requintes especiais.

É um processo para o qual eu pediria a vossa atenção particular.

O que se passa, Sr. Deputado Pedro Medina, é que nunca houve diálogo. Houve um simulacro de diálogo, durante os 40 minutos que durou a audiência do Sr. Presidente do Governo com o Sr. Secretário de Estado, em que na altura, e à saída, o Sr. Secretário de Estado teve a ocasião de explicar aos açorianos que aquilo era um primeiro esboço, não era nada de concreto, era só uma ideia, que

iam reconsiderar, iam ter em atenção as especificidades que o Sr. Presidente do Governo tinha exposto e percebia que às vezes se fazem reformas que depois não são adequadas à realidade específica de cada local do país.

Portanto, o que se esperaria dessa manifestação de boa-fé era que na próxima versão do estudo, ou na decisão concreta, tudo isso fosse tomado em atenção e fosse revista a posição.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Qualquer pessoa de boa fé é isso que esperaria!

O Orador: Ela foi de facto revista, mas para pior e não houve mais nenhum diálogo, Sr. Deputado, nem mais nenhum episódio de diálogo entre as instituições que legitimamente representam os interesses dos açorianos e o Governo da República, o decisor. Não houve absolutamente mais diálogo nenhum, embora tenha havido, do nosso lado, tentativas para que esse diálogo se estabelecesse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas os senhores dão-se ao respeito para haver esse diálogo?

O Orador: A única reação que houve foi a tal de hoje, das 7.52 da manhã, a dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, no início da carta, diz-se: “informo que ainda não foi divulgado por este gabinete qualquer documento oficial que apresente a nova reorganização do mapa judiciário.”

Eu fiquei logo mais descansado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso foi hoje de manhã!

O Orador: Foi hoje, às 7.52.

Ainda não foi apresentado! Eu fiquei muito mais descansado, apesar de já não ter grande confiança naquilo que me tem dito o Ministério da Justiça sobre este assunto, porque às 7.52 da manhã ainda estávamos no plano das intensões.

Portanto, ainda há margem ou para se voltar atrás ou, quem sabe até na versão negativa e pessimista, se juntar mais um ou dois tribunais dos Açores ao processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas era a hora de Lisboa ou era a hora dos Açores?

Deputado Berto Messias (PS): Ouça, ouça! É gravíssimo isto!

O Orador: Posso dizer a hora dos Açores, 15.29, ou seja, há cerca de 4 ou 5 minutos, a Lusa lança uma notícia a dizer:

“Mapa judiciário: “Vinte e sete extensões judiciais vão ser criadas em 14 comarcas”.

Esta coisa de criar extensões parece boa, porque quando se diz que se vai criar, parece que são serviços adicionais e que a justiça sai reforçada, mas isto é o eufemismo para dizer “fechar tribunais”.

Deputada Benilde Oliveira (PS): É o Governo que a gente tem!

O Orador: Essas extensões judiciais são concentração das funções noutra comarca e naquelas há uma extensão, não há tribunal, antes que não se perceba ou se tenha uma ideia errada.

Depois a páginas tantas (vem por aqui abaixo com as magníficas extensões judiciais), diz assim:

“Nos Açores serão criadas duas extensões (uma no Nordeste e outra em Povoação)...”, fonte oficial.

Ou seja, a decisão que às 7.52 era ainda algo que se estava a estudar, às 15.29 é oficial, acabou! Vão encerrar o Tribunal do Nordeste e o Tribunal da Povoação.

O Governo da República vai encerrar oficialmente, através de notícia da Lusa, os tribunais...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é gravíssimo!

O Orador: ... do Nordeste e da Povoação.

Deputado Berto Messias (PS): De manhã não se passa nada, a meio da tarde vão encerrar!

O Orador: Mais uma vez se demonstra a má-fé da atuação do Governo da República sobre este processo.

Mais uma se demonstra que o Governo da República, desde o início, tencionava de facto atuar sobre os tribunais da Região e fazê-lo de forma desadequada, de forma infundada.

Mais uma vez se percebe que aquilo que os senhores dizem aqui, aquele minutinho que os senhores gastam a protestar, não tem nenhum tipo de eficácia. O que acontece é que os vossos companheiros na República que têm responsabilidades governativas não têm a mínima sensibilidade para os problemas dos açorianos, para as características específicas de se viver nestas ilhas, nem na aplicação da justiça, nem no ensino, nem no que diz respeito ao serviço público de rádio e televisão, nem nas finanças.

A única preocupação que há é encurtar, é levar por diante as intenções de fechar, em desrespeitar as instâncias próprias do poder e de governo dos Açores.

Os senhores são eleitos pelos açorianos, apesar de serem do mesmo partido do Governo da República.

Os senhores são sociais democratas dos Açores.

Os senhores são, supostamente na voz da vossa líder,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não defendem a Ministra do PSD?

O Orador: ... mais açorianos do que sociais democratas.

Então provem-no!

Façam qualquer coisa que demonstre aos açorianos que os senhores são mais açorianos do que social-democratas, quando as coisas são de facto graves.

As coisas são muito graves! Acabaram por decidir fechar, oficialmente, o Tribunal da Povoação e o Tribunal do Nordeste.

Muito obrigado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou procurar fazer uma intervenção mais serena, embora as provocações feitas não apontassem nesse sentido.

Começaria por dizer ao Sr. Secretário da Presidência que ele, a isso já nos habituou, é useiro e vezeiro em colocar na boca dos outros aquilo que não disseram, mas que ele gostaria que tivessem dito para usar os argumentos que ele gosta de usar.

Deputado Francisco César (PS): Isso é o chamado ato do Clélio Meneses!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas o que é que eu fiz agora?

O Orador: Ponto um: o senhor disse que eu usei só um minuto para defender o Tribunal da Povoação.

Sr. Deputado, não preciso de estar aqui uma hora inteira para defender e argumentar sobre aquilo que entendo e naquilo que eu acredito. Se calhar o senhor usa muita argumentação, porque não estando convencido tem que falar durante muito tempo para ver se consegue os seus objetivos.

De seguida dizer o seguinte, agora à Sra. Deputada Benilde Oliveira, uma vez que ela se dirigiu particularmente a mim.

Eu vou dizer-lhe uma coisa, mais uma vez: a senhora quando fala do concelho da Povoação devia estar informada acerca daquilo que diz.

Eu esperava que a senhora – vim aqui nessa expectativa – desse respostas às perguntas que eu lhe fiz, mas não respondeu a uma que fosse. Uma que fosse Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM).

Se estivesse no seu lugar tinha vergonha pela forma como o Governo a que pertence tratou o concelho da Povoação ao longo dos últimos anos. Vergonha, Sra. Deputada!

Deputada Catarina Furtado (PS): Vergonha é o estado em que o senhor deixou a câmara, com piscinas em basalto!

O Orador: Mas a senhora como não tem consciência, como lhe disse há bocadinho, é única e simplesmente a porta-voz daquilo que lhe dizem. Não sabe, vem a este Parlamento dizer um conjunto de inverdades que prejudicaram

no tempo o concelho da Povoação e continuam a prejudicar. Algumas delas foram tão ridículas, tão ridículas que eu vou dizer-lhe uma coisa: deviam fazer parte do anedotário nacional.

Deputados Francisco César e Catarina Furtado (PS): E as piscinas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As piscinas são um “traumatismo craniano”!

O Orador: Sra. Deputada, alguém na superfície terrestre teria a lata e o descaramento de pôr uma Câmara em tribunal, porque queria apropriar-se de uma rua do seu concelho, de uma avenida e depois de percorridas todas as instâncias e o Supremo lhe dar razão, eis que após a mudança das eleições dá-se este caso hilariante onde o Governo compra essa avenida à Câmara. Isto nem no jornal do *Incrível* tinha lugar.

Deputado Francisco César (PS): Isto não é Assembleia Municipal!

O Orador: Vou dizer-lhe Sra. Deputada Catarina: sabe por que é que a Câmara da Povoação tem as dívidas que tem?

Deputado Francisco César (PS): E as piscinas?

O Orador: Nem a senhora, nem a Sra. Deputada Benilda sabem. Sabem o que lhe dizem. Olhe se ela respondeu a alguma coisa!

Sabe a que se referem os 5 milhões de euros que o Governo há dias transferiu para Câmara da Povoação?

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares, vamos fazer um esforço para nos recentrarmos no objeto da nossa Resolução.

O Orador: Esses 5 milhões de euros referem-se à habitação social, que o Governo apoiou nos concelhos socialistas e negou aos concelhos que eram liderados pelo PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Agora, depois do PS ser poder no concelho da Povoação, foi entregar-lhe os 5 milhões de euros.

Tenham vergonha da forma como discriminaram os açorianos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sra. Deputada, volto a perguntar-lhe: pergunte ao Sr. Presidente do Governo se honrou connosco algum dos compromissos que assumiu? Um só. Um só compromisso. Nem um, discriminando completamente o concelho da Povoação...

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... e os outros concelhos que eram liderados pelo PSD, por isso obrigou em cada um destes concelhos ...

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares, temos que voltar ao objeto da nossa resolução.

O Orador: ... a que as câmaras municipais tivessem que fazer, em cada um deles, aquilo que eram os serviços e as responsabilidades do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isto é uma forma deplorável de governar.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares, eu vou retirar-lhe a palavra.

O Orador: Peço desculpa Sr. Presidente.

Presidente: Volte ao objeto da nossa Resolução por favor.

Deputado Francisco César (PS): Quem municipalizou foi ali!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Quem é que falou de gestão autárquica?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Foi ele!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O José San-Bento é que falou de gestão autárquica! Isto é deplorável!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Francisco Álvares faça favor de continuar.

O Orador: Sempre que estiverem reiterando aquilo que disse no início, sempre que estiverem em causa os legítimos interesses das populações, e em particular daquelas que são mais desfavorecidas, não deixará, ao contrário do que aconteceu no passado com o PS, nunca de estar ao seu lado, seja o Governo do PSD, do PS ou de quem quer que seja.

Deputado Jorge Macedo (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, uma explicação.

Na sua primeira intervenção o Sr. Deputado Francisco Álvares, além de ter falado dos tribunais da Povoação e do Nordeste, também interpelou diretamente a Sra. Deputada Benilde Oliveira sobre outras questões, atinentes ao concelho da Povoação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Política regional!

Presidente: Por assim ter sido, eu também deixei que a Sra. Deputada Benilde Oliveira extravasasse um pouco o nosso objeto no sentido de poder responder ao Sr. Deputado Francisco Álvares, como estava disposto a deixar que o Sr. Deputado Francisco Álvares, nas questões específicas que a Sra. Deputada levantou, lhe respondesse.

Faço, reitero, um apelo a todos para que não nos esqueçamos que estamos a falar de um caso muito específico que são os encerramentos dos tribunais da Povoação e do Nordeste.

Sra. Deputada Zuraída Soares pediu a palavra para uma interpelação.

^(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era exatamente no sentido daquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer e acrescentar o seguinte: não me parece que esta câmara seja o local indicado para se discutir gestão camarária e dívidas das câmaras.

Elas existirão, mas este não é o local, pelo menos não é com esse objetivo que cada um dos Deputados e Deputadas desta casa estão aqui presentes.

Portanto, pedia às Sras. e Srs. Deputados que deixassem esse assunto para a Assembleia Municipal, não para a Assembleia Legislativa.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, para uma interpelação, presumo.

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas.

Eram 15 horas e 45 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 02 minutos.

Para continuar o debate dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS...

Deputado Francisco César (PS): Começa bem!

O Orador: ... ao longo deste dia e sobre matérias idênticas tem posições diferentes.

De manhã, o PS votou contra um Projeto de Resolução apresentado pelo PSD, que defendia a manutenção dos serviços de proximidade da República e do Governo Regional.

À tarde, apresenta nesta câmara, e pede que todos os partidos o acompanhem na votação, um Projeto de Resolução que defende a manutenção dos serviços de proximidade na área da justiça, nomeadamente contra o Tribunal do Nordeste e Tribunal da Povoação.

Deputado Mark Marques (PSD): E depois não querem ser bipolares!

O Orador: O mesmo partido, os mesmos protagonistas, apenas com uma diferença de horas, defendem coisas diferentes, quando invocam que, no fundo, o que querem é o respeito pelas pessoas.

Parece que o Governo da República respeita menos as pessoas do que respeita o Governo Regional dos Açores e a maioria socialista, quando se encerram serviços de proximidade por estes Açores abaixo, quando se encerram escolas em várias freguesias, quando o Governo Regional quer fechar serviços nas casa do povo para os transferir para a rede da RIAC, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quais serviços?

O Orador: ... quando o Governo Regional, no fundo, se comporta em relação à Região como o Governo da República está a comportar-se em relação aos Açores. Esta é que é a verdade!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

Deputado José San-Bento (*PS*): É mentira!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É preciso dizer também o seguinte neste debate.

O Sr. Secretário Regional da Presidência, sobre a matéria que está aqui em causa, encerramento de tribunais, mencionou que o Governo recebeu o Secretário de Estado da justiça e escreveu uma carta ao Governo da República.

Foi isto que o Governo Regional fez para defender a manutenção dos tribunais nos Açores. É muito pouco para o que está em causa.

O Governo Regional demitiu-se, neste processo, das suas funções.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Aliás como se tem demitido das suas funções em relação a outras matérias.

O Governo Regional vem aqui dizer que escreveu uma carta e ficou à espera de uma resposta que chegou hoje. Que Governo Regional é este...

Deputado José San-Bento (*PS*): Que Governo da República é este?

O Orador: ... que para defender os interesses dos Açores, uma justiça de proximidade, uma justiça ao serviço das pessoas, se limita a escrever uma carta e aguardar uma resposta?

Deputado António Marinho (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Este Governo não está a fazer o que tem que fazer.

Este Governo não está a cumprir a sua função. Este Governo não está junto do Governo da República a exigir que o Governo da República tenha outra postura, como deve ter em matéria de justiça.

Diz o Sr. Secretário da Presidência, virando-se para esta bancada do PSD: “os senhores não conseguiram que o Governo da República invertesse a posição em relação aos Tribunais”.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O PSD!

O Orador: A pergunta que nós fazemos hoje ao Governo Regional é esta: o que é que o Governo Regional fez, além de escrever cartas para defender a manutenção dos tribunais da Região?

Esta é que é a pergunta que o Sr. Secretário tem a obrigação de responder.

Deputado António Marinho (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Eu agradeço que diga nesta câmara, diante dos Deputados, diante dos açorianos que nos estão a ouvir e a ver, quais foram as diligências concretas que V. Exa., o Sr. Presidente do Governo, ou qualquer outro Membro do Governo, desenvolveram junto do Governo da República para garantir a manutenção do Tribunal do Nordeste e do Tribunal da Povoação, nos Açores? Esta é que é a questão concreta.

Não está aqui em causa o que faz o PSD ou o que faz o CDS/PP.

O que está aqui em causa é o que faz o Governo Regional, porque o Governo Regional é que está legitimado para representar os Açores. Tem o poder executivo, tem uma maioria parlamentar e é sua obrigação, até às eleições de outubro, fazer aquilo que deve fazer para defender os interesses dos Açores e que não fez até agora.

A carta que V. Exa. referiu aqui é, Sr. Secretário da Presidência, uma carta envergonhada. É a carta da vergonha com a qual o Governo Regional cobre a sua incompetência nesta matéria.

Sr. Secretário Regional, quero também dizer-lhe que V. Exa., preocupado em ler o *take* da Lusa, deveria ter lido a parte inicial do *take* da Lusa.

A parte inicial do *take* das Lusa diz que “são 54 tribunais e a criação de 27 extensões judiciais”, segundo o documento a que a Lusa teve acesso e que vai agora para a discussão pública.

É um documento para discussão pública, Sr. Secretário. O senhor faltou à verdade.

Não é uma decisão do Governo da República. É um documento que está em discussão pública.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os apartes estão a prejudicar a intervenção. Assim não pode ser.

Sr. Deputado Pedro Gomes continue.

O Orador: Obrigado Sr. Presidente.

É o documento que V. Exa. tem conhecimento, que é este documento que está em discussão pública.

É um documento em relação ao qual este Parlamento se está a pronunciar e bem.

O PSD já disse que vai votar a favor da Resolução que o PS apresentou, rejeitando a extinção dos Tribunais do Nordeste e da Povoação. Que não haja dúvidas quanto a esta matéria!

Aliás, o PSD não chegou a esta conclusão hoje.

Quero lembrar ao Sr. Secretário, que pelos vistos está distraído neste assunto, que em 2008, neste Parlamento, o PSD apresentou um Projeto de Resolução, que foi aprovado por unanimidade, justamente a reivindicar a manutenção de todos os tribunais judiciais nos Açores.

O Governo da República, na altura, era o Governo de José Sócrates, o que quer dizer...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual é o que fechou?

O Orador: Não fechou nenhum.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah!

O Orador: Dizemos hoje o que dissemos em 2008. Mantemos hoje a mesma posição que tínhamos em 2008.

Continuamos a reivindicar aquilo que é justo e necessário para os Açores.

Não mudámos de posição!

O PSD não é procurador do Governo da República nos Açores.

O PSD é, sim, procurador dos interesses dos açorianos e desses interesses não abdicamos, seja que Governo for que estiver no poder em Lisboa. Nós diremos aquilo que temos que dizer. Nós faremos aquilo que temos que fazer.

Não nos limitamos a escrever cartas envergonhadas.

Os senhores é que escrevem cartas envergonhadas e acham que cumprem a sua função, para depois virem aqui a estes debates parlamentares, no Parlamento, na rua e nos comícios eleitorais, dizer que o Governo da República não faz o que deve fazer, que ataca os Açores e que ofende a autonomia.

Os senhores querem ter nesta matéria, como noutras, um capital de queixa em relação ao Governo da República, em vez de se preocuparem em resolver os problemas dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero desafiar o Governo Regional e o Sr. Secretário Regional da Presidência, neste debate, a dizer o que é que o Governo Regional fez em concreto, desde fevereiro deste ano, para além de escrever a envergonhada carta ao Governo da República, para defender a manutenção do Tribunal do Nordeste e do Tribunal da Povoação.

Mais do que isto, quero também perguntar-lhe, já que os senhores estão preocupados com o Tribunal da Povoação e do Nordeste, como nós estamos, o que é que o Governo fez, também, em relação ao Governo da República, quanto à intenção de deslocar os serviços do Ministério Público para o Tribunal de Vila Franca, criando um departamento central de ação penal em Vila Franca, longe do centro principal populacional dos Açores, longe do local onde estão as sedes das polícias, numa deslocalização que não faz sentido nenhum e que também consta deste mapa judiciário?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é o deputado mais talentoso dessa bancada, mas esta semana está muito por baixo!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Olha quem fala!

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): O mesmo não se pode dizer do senhor!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar esta minha segunda intervenção exatamente como comecei a primeira. Reafirmar que nós, CDS, somos contra o fecho dos tribunais ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Pedro Medina faça favor de continuar.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Espero que me seja descontado esse pequeno tempo de espera na minha intervenção.

... do Nordeste e da Povoação e de qualquer tipo de serviço de proximidade às populações.

Não somos como alguns que, por conveniência política e partidária, muitas vezes escondem-se por detrás da cortina quando não lhes convém dar a cara por determinadas situações.

Se o Governo da República for um governo amigo dos açorianos, pode contar com o apoio do CDS; se o Governo da República não for amigo dos açorianos, não contem com o apoio do CDS,...

Deputado Francisco César (PS): Essa frase é nossa!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vocês copiam tudo o que é nosso e não podemos copiar nada vosso?

O Orador: ... independentemente da cor política que nos esteja a governar na república.

Por isso reafirmamos que, em relação a este Projeto de Resolução, o CDS apoia a 100%, porque não é admissível que se feche aqui na RAA serviços de proximidade, serviços que o Estado tem que garantir às populações.

Não posso também deixar de fazer aqui dois comentários, nomeadamente à intervenção do Sr. Deputado José San-Bento, quando falou na questão da influência dos partidos sobre os governos.

Queria levantar a questão diretamente ao Sr. Deputado: qual é a influência que esta bancada do PS tem sobre o Governo Regional?

Posso citar vários exemplos.

Qual é a influência que essa bancada e os Deputados dessa bancada tiveram sobre o fecho das escolas aqui na RAA, nomeadamente nos concelhos de Velas, Calheta, Lagoa, Nordeste (só para dar alguns exemplos)?

Qual é a influência que essa bancada do PS tem sobre o Governo Regional sobre o fecho do serviço de freguesia da segurança social?

Deputado Berto Messias (PS): Qual é a dúvida?

O Orador: Qual é a influência que essa bancada do PS tem sobre o Governo Regional na defesa daquilo que nós considerámos que foram os interesses dos açorianos e nomeadamente daqueles que tinham terras na Ilha de São Miguel e por via da expropriação pública, devido ao projeto SCUT...

Presidente: Sr. Deputado vamos voltar aos tribunais.

O Orador: ... o Governo Regional não protegeu esta gente?

Qual é a influência que o PS teve em relação ao Governo Regional para não ter levado a SCUT até ao concelho da Povoação?

Qual é a influência que esta bancada do PS e este Governo Regional tem quando há instituições aqui nos Açores que atuam de uma forma pouco democrática?

Posso dar o exemplo de uma Casa do Povo, a Casa do Povo dos Fenais da Ajuda, que nem aceita inscrições dos membros da população da sua freguesia para participar de uma forma cívica e de uma forma muito concreta nos problemas e na atividade desta mesma casa do povo, nesta freguesia?

Presidente: Sr. Deputado, vamos voltar aos tribunais.

O Orador: Denunciei isto à Secretaria correspondente. Até hoje não houve resposta e nem o Presidente de Junta de Freguesia desta localidade consegue ter acesso aos serviços da casa do povo, nem uma simples inscrição.

É lamentável, porque este PS pelos vistos tem muita pouca influência sobre o Governo Regional dos Açores.

Para terminar, queria deixar aqui um reparo à Sra. Deputada Zuraida Soares e agradecer o registo que ela mencionou em relação ao mês de Fevereiro, quando veio este tema a debate, nomeadamente a questão do Tribunal do Nordeste,

porque eu limitei-me aos factos e à realidade circunstancial daquele momento. De facto, tudo indicava que o caminho a seguir seria um bom caminho.

O CDS não está escondido atrás da cortina e é lamentável a postura do Governo da República em relação a esta matéria. Estamos aqui para reafirmar que somos totalmente contra o fecho de serviços de proximidade.

Desse ponto de vista somos contra o fecho dos tribunais da Povoação e do Nordeste.

Deputado Berto Messias (PS): Justiça seja feita ao CDS!

O Orador: A Sra. Deputada Zuraída Soares, ainda recentemente, por exemplo (é uma forma muita habilidosa de fazer política e uma forma filosófica e retórica de debater muitos dos problemas e que muita vez não corresponde à realidade, nem às ações praticadas pelos próprios elementos que compõem também o seu partido), veio para aqui na defesa dos trabalhadores – o BE está muito preocupado com os trabalhadores, ...

Presidente: Tribunais Sr. Deputado, tribunais.

O Orador: ... faz uma marcação, e está no seu legítimo direito, ao PCP – mas não está diretamente a defender os trabalhadores, porque se assim fosse, por exemplo, ainda recentemente na Assembleia da República houve uma Deputada do seu partido que, por via de uma deslocação, requisitou um motorista, requisitou uma viatura, para deslocar-se ao norte do País para fazer uma conferência.

Presidente: Tribunais, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Isso já foi há 2 meses!

O Orador: Portanto, aquilo que o BE diz para os outros praticarem não dá depois os exemplos nas instâncias certas, nas instâncias corretas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quero que lhe fale do Sr. Ministro que andava de mota?

Presidente: Sr. Deputado Carlos Mendonça tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com muita tristeza que sou, como nordestense, e que somos, como Deputados, informados, pela informação que o Sr. Secretário nos deu, pelos vistos, sobre a definição final do encerramento dos Tribunais do Nordeste e da Povoação.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Qual é a decisão final, Sr. Deputado?

O Orador: Eu disse pelos vistos, Sr. Deputado.

Mais uma vez é provado aqui a forma como o Governo Central trata os Açores e os açorianos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado, explique à sua colega!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, diga alguma coisa que ainda não foi dito!

O Orador: Mais uma vez aqui é provado que o Governo da República está mais preocupado em cortar despesa do que aquilo que é realmente as necessidades da população, nomeadamente aqui dos Açores.

Sr. Deputado Pedro Gomes, foi dito por si, e gostava realmente que nos explicasse, o que é que este Governo deveria fazer para inverter a decisão de encerrar os Tribunais da Povoação e do Nordeste.

Deputado Rui Ramos (PSD): Governar!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mais qualquer coisa do que escrever uma carta!

O Orador: Gostava imenso que nos dissesse realmente o que é que pretendia dizer com isto.

No âmbito da decisão da proposta de encerramento dos Tribunais do Nordeste e da Povoação, defendida por este Governo da República, isto continua, como foi dito em fevereiro, como resultado de um total desconhecimento do que é a nossa realidade sócio geográfica e principalmente o que é a realidade do concelho do Nordeste e do concelho da Povoação.

É lamentável o desprezo que o Governo Central tem das nossas populações açorianas.

Isto realmente continua a não assentar em critérios de razoabilidade e contraria claramente o pressuposto de privilegiar a aproximação dos cidadãos à justiça.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Francisco Álvares, seguindo o conselho do seu líder da bancada, mantendo o meu tom de voz baixo, gostava que o Sr. Deputado, como disse antes do nosso intervalo do almoço, me esclarecesse o seguinte:

O Sr. Deputado disse que este Governo prejudicou o concelho do Nordeste. Eu gostava de saber em que é que este Governo prejudicou o concelho do Nordeste.

Certamente não está a falar da construção do lar de idosos; ...

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe os tribunais!

Deputado António Marinho (PSD): Está a ver, Sr. Presidente? Nem o Sr. Presidente respeitam!

O Orador: ... certamente não está a falar da construção do centro de atividades ocupacionais...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... e certamente não está a falar em muitas e muitas outras coisas, como é o exemplo das SCUT's.

Tem toda a razão, Sr. Deputado. São muitas e muitas obras para o Nordeste.

Provavelmente aquilo que este Governo do PS já fez pelo concelho da Povoação e pelo concelho do Nordeste foi muito mais do que aquilo que o senhor fez, em dois mandatos, pela Povoação e o prejuízo é muito menor do que aquele que deixou no concelho da Povoação.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe os tribunais!

O Orador: No âmbito novamente desta situação em discussão gostava de relembrar, e para o PSD também ficar satisfeito, que depois das moções apresentadas pela Assembleia Municipal do Nordeste, depois das moções apresentadas pela Câmara Municipal do Nordeste, depois daquilo que é unânime, a opinião pública, não só dos nordestenses, mas da população da Povoação e mesmo a nossa decisão aqui na aprovação unânime, e pelos vistos esta será unânime nesta câmara, é lamentável que o Governo Central não nos dê ouvidos e não perceba que nós temos razão e que eles não têm razão alguma.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Vem o Governo da República passar por cima de todos nós, de toda a nossa população e de todos os interessados, principalmente aqueles que anseiam por manter a justiça próxima deles, que é aquilo que nos diz a Constituição.

Eu gostava de citar um fax que foi enviado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses ao Ministério da Justiça, datado de 29 de maio de 2012, só para percebermos como é que o Governo da República trabalha:

“Até ao momento não recebeu a Associação Nacional de Municípios Portugueses, qualquer informação proveniente do Ministério da Justiça sobre tal temática”, ou seja, o encerramento dos Tribunais do Nordeste e da Povoação.

“Ora, havendo sobre tal matéria, desde há muito tempo, contatos com o gabinete de V. Exa. e estando em curso negociações, muito estranhámos não ter a Associação Nacional de Municípios qualquer informação do Ministério da justiça”.

Ou seja o Governo Central, informado, como nós fomos também na Câmara Municipal do Nordeste, que o próprio Presidente da Câmara, José Carlos Carreiro, juntamente com a Associação Nacional de Municípios, estava em negociações com o Ministério da Justiça, isto em reunião de Câmara, está em ata, este próprio Presidente de Câmara do Nordeste, informou-nos que todo o processo estava no bom caminho, que em princípio não iria encerrar o Tribunal do Nordeste.

Lamentavelmente estamos aqui, outra vez, a aprovar por unanimidade este Projeto de Resolução que contradiz exatamente um autarca que também trabalha pelo concelho do Nordeste, no âmbito de manter o Tribunal.

Lamentavelmente este Governo Central também passa por cima, como qualquer outra situação que me tenha ocorrido neste âmbito, do que são as ideias em relação aos açorianos e aos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez tenho que deixar aqui expressa a incapacidade do Sr. Deputado Francisco Álvares em acatar o apelo à elegância.

Por mais esforço que o senhor faça em tentar denegrir o interesse e o empenho que assumo pelo meu trabalho em prol dos povoacenses em específico e dos açorianos em geral, a verdade é que o senhor não consegue e a prova foi dada nitidamente nas últimas eleições.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Muito bem!

A Oradora: No entanto a minha única preocupação aqui, hoje, e sempre, não é o Sr. Deputado Francisco Álvares, mas sim a defesa da Povoação e dos povoacenses.

Considero vergonhoso o comportamento que o Governo da República tem tido para com os povoacenses e os açorianos, demonstrando claramente que não respeita a nossa Região.

No entanto o PS está sempre aqui na linha da frente na defesa dos Açores e dos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voltando ao debate, a isso fui encetado pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, cuja declaração ou intervenção neste debate eu recebi inicialmente de muito bom grado, uma vez que depois de se ter constatado, sem margens para dúvidas, que a proposta final do Ministério da Justiça, decorrido todo o processo que vem de janeiro até hoje incluía e previa o encerramento do Tribunal do Nordeste e do Tribunal da Povoação e, na sequência disso, a intervenção do PSD ter sido

novamente da responsabilidade do Sr. Deputado Francisco Álvares que se preocupou exclusivamente a justificar a sua atuação enquanto autarca, eu estava verdadeiramente preocupado que o PSD não viesse a debate para falar dos casos concretos e para manifestar e associar-se a nós na preocupação que constitui este novo dado, esta nova informação concreta que hoje ficámos a saber.

O que se passou, convém fazer uma pequena história do processo, é que isto não é apenas uma versãozinha que apareceu agora como o Sr. Deputado fez crer, nem é aquilo que o Sr. Deputado Pedro Medina também tentou fazer crer que é: “Bom, isto são intenções, mas isto muda!”. É verdade! Isto muda! Tem vindo a mudar, mas é sempre para pior.

Além do mais, o mecanismo de constituição desta proposta e o *timing* em que ela foi elaborada, foi definido pelo Ministério da Justiça, pelo Governo da República.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O que é que o Governo Regional fez em relação a isso?

O Orador: Nós, em janeiro, tivemos uma primeira versão em que o Governo da República dizia: “vamos encerrar uma série de tribunais e um desses tribunais é o Tribunal do Nordeste nos Açores, porque tem pouco volume processual.

Tem, em alternativa, muita próxima, o Tribunal da Povoação, que ele próprio não tem grande volume processual.

O que vamos fazer é juntar todo o contencioso no Tribunal da Povoação e assim resolvemos o problema”.

Depois, disse na altura, que aquilo era só uma proposta e que iriam ser revistos os procedimentos e, em concreto, o caso do Tribunal do Nordeste.

Depois vem uma segunda proposta, uma revisão da primeira que diz: “não senhor, estabelecemos uma nova análise do problema e agora não é só o do Nordeste, mas aquele que nós (nós, Governo da República), tencionávamos mandar os nordestenses também vai fechar. Portanto agora fechamos dois e não um”.

Houve a contestação que toda a gente conhece, não só da parte do Governo Regional, mas também da parte das próprias autarquias. Relembro que o seu companheiro de partido, autarca, Presidente da Câmara do Nordeste, moveu as diligências que conseguiu e as armas que tem à sua disposição, fez os contatos que relatou publicamente que tinha feito, tal como nós Governo Regional, usando os instrumentos que existem e que são possíveis de utilizar, apelando à boa-fé de quem decide, para que haja diálogo, ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Secretário, continuo à espera para saber o que é que o Governo fez?

O Orador: ... para que haja troca de opiniões, para que haja argumentação, para que seja possível demonstrar olhos nos olhos os argumentos de cada parte, chegar-se a uma conclusão mais favorável aos açorianos e a resposta do Governo da República foi constantemente de abandono do caso dos tribunais dos Açores.

Não querem saber. Não dialogam. Não estão disponíveis. Não há justificação.

A resposta de Lisboa foi sempre “é mesmo assim! Não há nada a fazer!”

O que é que fez o Governo Regional?

O Governo Regional, numa primeira instância, ...

Deputado António Marinho (PSD): Protestou!

O Orador: ... conhecida a primeira notícia, explicou por carta ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): A famosa carta!

O Orador: O Sr. Deputado não tem estado muito atento, porque não foi uma carta, foram duas cartas e eu disse desde o princípio que eram duas cartas.

Numa primeira carta, logo que conhecida a primeira versão do documento, o Governo Regional explicitou os argumentos que levam, na nossa opinião, a que a decisão tivesse que ser revista.

Explicou que isto são os Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Veio aos Açores!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não veio a convite do Governo Regional, pois não?

O Orador: ... que são governados por um sistema de governo próprio, autonómico, que há aqui especificidades, que era preciso atender a essas especificidades e disponibilizou-se para dialogar com o Governo da República, no sentido de se encontrar uma solução.

Essa primeira carta não teve resposta.

Na sequência da deslocação do Sr. Secretário do Estado aos Açores, a matéria foi obviamente ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não veio por causa disso!

O Orador: Não veio por causa disso, mas veio aos Açores.

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Gomes).

O Orador: Mas isso é relevante Sr. Deputado?

Deputado Pedro Gomes (PSD): É relevante, é!

O Orador: Não sei porquê, não estou a perceber porquê.

Na sequência da conversa entre o Sr. Presidente do Governo Regional e o Sr. Secretário de Estado, onde mais uma vez se explicitaram os argumentos e os motivos que nos levam a fazer crer que o Tribunal do Nordeste não devia encerrar, o Sr. Secretário de Estado fez um conjunto de declarações públicas aos jornalistas, onde disse: “percebo melhor agora o problema. Vou revê-lo com a Sra. Ministra. O Governo da República vai reanalisar. Transmitiram-me agora as preocupações, eu percebi melhor, vou reanalisar o problema”.

Meteu-se no avião e foi para Lisboa.

Chegou a Lisboa reuniu (presumo) a equipa do Ministério da Justiça, falou com a Sra. Ministra, reanalisaram e eis que senão quando afinal não é só o Tribunal do Nordeste que não pode continuar a existir é também o Tribunal da Povoação. Tendo sabido dessa decisão, que a nós nos parece completamente estapafúrdia, voltei a escrever uma carta à Sra. Ministra a dizer exatamente a mesma coisa que tinha dito e a renovar a disponibilidade para o diálogo, para o consenso, para a procura de uma solução junto da Sra. Ministra.

Essa carta mais uma vez não teve resposta, até às 7 horas e 52 minutos desta manhã, em que me é enviada uma carta do Sr. Chefe de Gabinete da Sra. Ministra a dizer: “não se preocupem, em primeiro lugar, porque nada disto ainda está decidido. Nós ainda estamos a reavaliar, reanalisar...” (sempre a mesma conversa).

Os argumentos depois são os normais, aqueles que fundamentam esta reestruturação e reorganização da estrutura judiciária em Portugal e nos Açores, e depois à tarde sai a versão final do trabalho que o Ministério da Justiça veio a desenvolver até agora de preparação dessa reestruturação.

Os senhores todas as vezes que sai um documento, todas as vezes que a decisão é reanalisada, dizem sempre “não se preocupem que isto é só passageiro. Não se preocupem que isto ainda não é definitivo” ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é não se preocupem! É mexam-se! Governem!

O Orador: ... e cada vez que o processo avança, avança para pior.

Ninguém nos Açores já acredita quando os senhores dizem: “não se preocupem, porque isto não tem problema nenhum”.

Ninguém acredita nos Açores que a intenção do Governo da República não é encerrar estes tribunais.

É, de facto, encerrar. É para aí que se tem caminhado. É o que tem acontecido, passo a passo, até agora.

Portanto, os senhores, ao invés de se juntarem com preocupação, de legitimamente...

Deputado Rui Ramos (PSD): Nós vamos votar favoravelmente. O senhor ainda não percebeu?

O Orador: Sim, mas uma coisa é votar favoravelmente, outra coisa é argumentar contra o Governo Regional, em vez de se preocuparem com o Governo da República.

Deputado Rui Ramos (PSD): Então o que é quer que se faça mais?

O Orador: O que o Sr. Deputado Pedro Gomes veio fazer aqui, foi uma tentativa de inverter o ónus, inverter a responsabilidade da decisão.

A responsabilidade de decisão é do Governo da República; a intenção de fechar os tribunais é do Governo da República.

Inverter a responsabilidade, transportá-la para cima do Governo Regional, Sr. Deputado, pode-lhe descansar a consciência partidária, mas não resolve nenhum problema nos Açores e não resolve esse problema de certeza.

O problema aqui é um Governo da República, inflexível, insensível, indisponível para negociar, indisponível para dialogar, nem responde às cartas, não quer saber, não mantém contacto.

Deputado Costa Pereira (PSD): Houve alguma decisão?

O Orador: Esse é que é o verdadeiro problema.

Deputado Costa Pereira (PSD): Houve alguma decisão? Responda!

O Orador: Se eu fiz duas cartas, se foi uma, se foi por e-mail, se foi por telemóvel, essa questão pode ser-lhe muito relevante para fazer com que desculpabilize os seus companheiros, mas não resolve de facto o problema, Sr. Deputado.

O que é que o Sr. Deputado espera que o Governo Regional faça? Que abra tribunais?

Presidente: Sr. Secretário tem que terminar.

O Orador: Quer que o Governo Regional abra agora um Tribunal no Nordeste e outro na Povoação?

Qual é a solução que teria, Sr. Deputado, para o Governo Regional?

Passar a racionalizar a justiça? Alterar a divisão de poderes no sistema constitucional português?

O Governo Regional faz aquilo que lhe compete.

O Governo Regional está desejoso de “dançar o tango” com o Governo da República, mas para “dançar o tango” com o Governo da República é preciso que o Governo da República queira dançar o tango.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para referir-me à acusação, não tem outro nome, que o Sr. Deputado Pedro Medina fez sobre, e vou citá-lo “a forma habilidosa e retórica de fazer política do BE”.

Acho curiosa esta acusação vinda de um partido que integra um Governo da República ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Integra?

A Oradora: ... que do nosso ponto de vista descobriu aquilo a que eu chamaria a governação semântica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Integra o Governo da República?

A Oradora: Aqui deste lugar, agora mesmo, dediquei-me ao exercício de ir buscar alguns exemplos da forma habilidosa, retórica e semântica, de fazer política do Governo da República e de repente descobri coisas como estas: agregar no Governo da República, na semântica do Governo da República, quer dizer extinguir.

Discussão pública na semântica do Governo da República quer dizer facto consumado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Diálogo na semântica do Governo da República quer dizer primeiro decidimos, depois conversamos.

Equidade de sacrifícios, na semântica do Governo da República quer dizer, uns pagam, outros amealham, enriquecem e especulam. Há 600 novos milionários no nosso País neste momento, só no último ano.

Deputado António Marinho (PSD): Tanta demagogia!

A Oradora: Continuemos na semântica:

Fecho de serviços públicos de proximidade, na semântica do Governo da República quer dizer discussão pública;

Democracia, na semântica do Governo da República quer dizer exploração;

Autonomia, na semântica do atual Governo da República PSD/CDS, quer dizer nós pagamos, nós mandamos. Portanto, Sr. Deputado, quanto a semântica, retórica e habilidade discursiva, penso que não preciso de lhe dizer mais nada.

Muito obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O essencial da questão já ficou resolvido para aí há umas duas horas atrás, quando os partidos anunciaram que estavam de acordo com este Projeto de Resolução. A partir daí tudo o resto é pura e simplesmente partidarite aguda e um diálogo de surdos.

Vamos ao essencial.

Duas coisas: em relação ao centralismo estamos conversados, mas é preciso que a população dos Açores seja proactiva, quando recebe alguns Ministros que vêm aqui em campanha eleitoral.

Eu não posso esquecer que os Srs. Deputados estiveram presentes na reunião com o Ministro Miguel Relvas e este abre a reunião a dizer: “sabem, eu também sou autonomista”.

Deputado José San-Bento (PS): E alguém acreditou nisso?

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

O Orador: É preciso que se tenha memória em relação a estas questões e que não sejam apenas os políticos a relembrar aquilo que os senhores ministros fizeram em relação aos Açores.

Esta é a primeira questão que apelo à memória dos açorianos em relação aos ministros que estão a tomar posições que afetam gravemente as instituições nos

Açores e aquelas que são as tarefas do Estado na nossa Região. Ponto número um.

Segunda questão, que acho que é uma questão do ponto de vista institucional para dar resposta a este tipo de questão: necessidade de se desenvolverem mecanismos institucionais direto entre o Governo da República e os governos regionais e também para que exista a possibilidade das questões autonómicas serem discutidas no Parlamento.

Não digo por uma opção partidária, porque alguém coloca na agenda.

O que estou a falar são de encontros institucionais.

Já existem neste momento cimeiras entre Portugal e a Espanha, por exemplo, ou entre Portugal e o Brasil.

O que é necessário é que também existam cimeiras entre os poderes executivos, entre o Governo da República e o Governo da Região.

O que eu noto aqui é que temos muito diálogo de surdos.

Deputado José San-Bento (PS): Bom, bom, era não haver Governo da República!

O Orador: Em pleno século XXI, como é que se faz o diálogo entre o Governo Regional, como aqui foi testemunhado, e o Governo da República? Através de carta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E e-mails!

O Orador: Eu tenho presente, por exemplo, que os Primeiros Ministros em Espanha recebem os presidentes das comunidades autónomas numa reunião de trabalho onde são debatidas todas as questões que têm a ver com aquela comunidade autónoma na relação que ela tem com o Estado.

Essas reuniões realizadas ao mais alto nível entre o Primeiro Ministro e o Presidente do Governo Regional são reuniões institucionais, não são meramente conjunturais, não estão dependentes de nenhum *timing* político. São reuniões onde está a bandeira do estado e a bandeira da comunidade autónoma.

Estas reuniões institucionais penso que são uma boa prática que deveríamos desenvolver no âmbito do nosso sistema político, porque senão, o que temos aqui é um diálogo de surdos.

Depois quando temos este diálogo que acaba por ser muitas vezes estéril, o que acontece é que se acentuam as divisões partidárias e não é isso que nós queremos.

Nós queremos que os problemas se resolvam e por isso é que é importante que quem governa na Região, independentemente do partido, tenha oportunidade de ter encontros institucionais previamente calendarizados com o Governo da República, ao mais alto nível.

Seja de 6 em 6 meses; de ano a ano, mas é importantíssimo que este diálogo se faça para que depois o Primeiro Ministro diga que isto não está a ser tratado pelo Ministro, está a ser tratado pelo Secretário.

Quando se devolve este diálogo para estes níveis, não está a ser tratado por ninguém.

O que é importante é que se faça uma reunião entre o Presidente do Governo Regional e o Primeiro-ministro e que estas reuniões institucionais se realizem.

Penso que era muito importante para a defesa da autonomia e no plano parlamentar considero fundamental, porque há tantos temas neste País que se discutem, mas 90% desses temas podem circunscrever-se a 50 Km de Lisboa.

Muitas vezes a Assembleia da República leva 90% do seu tempo a discutir este tipo de questões.

Era muito importante que no âmbito do debate parlamentar, na Assembleia da República, existisse o debate autonómico e o debate institucional e não provocado por querelas partidárias.

Penso que a institucionalização destes debates, nestes dois níveis, teria uma eficácia muito grande para as duas regiões autónomas. No caso específico o que nos interessa é a Região Autónoma dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): E a greve de fome?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados penso que estamos em condições de votar
As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou favoravelmente este Projeto de Resolução que defende a manutenção dos Tribunais do Nordeste e da Povoação na estrutura organizacional dos tribunais na Região.

Votámos favoravelmente esta iniciativa, porque temos memória e temos coerência.

Defendemos há muito a manutenção de todos os tribunais dos Açores atualmente existentes. Somos contra, frontalmente contra, a qualquer extinção de tribunais na RAA, porque entendemos que uma justiça de proximidade, uma justiça ao serviço das pessoas, uma justiça que sirva efetivamente as nossas populações, deve estar o mais próxima possível de cada uma das nossas comunidades.

A nossa geografia, a nossa insularidade, as nossas especificidades regionais que o Estatuto Político Administrativo traduz bem, em reflexo do que está escrito na Constituição da República Portuguesa, refletem bem e exigem que o Estado tenha em relação à Região um outro comportamento.

Mas também estas particularidades regionais obrigam a que o Governo Regional, na sua atuação, também siga idêntica preocupação e tenha também atenção que o encerramento indiscriminado de serviços, sejam eles escolas, sejam outros serviços na RAA, da responsabilidade do Governo Regional, também viola este contrato de proximidade que deve ser acautelado.

O PSD lamenta, por isso, que o PS ao longo do dia de hoje tenha votado de maneira diferente propostas resolutivas que visavam o mesmo objetivo, garantir um serviço de proximidade às pessoas.

Votou contra à do PSD, só porque era do PSD, mas apresentou aqui uma proposta com um sentido e um objetivo idêntico no que diz respeito à relação com o Governo da República.

Lembro aqui uma velha frase com mais de 100 anos, do Eça de Queirós: “a prática da vida tem uma única direção, a conveniência”.

Esta frase de Eça de Queirós podia ter sido escrita para este PS e para o seu Governo, que em relação a este problema dos tribunais se demitiu de governar, se demitiu de exercer as suas competências, se demitiu de, junto do Governo da República, lutar, como devia ter lutado para que os tribunais nos Açores se mantivessem como desejamos que se mantenham.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade e o senhor sabe que não é verdade!

O Orador: O Governo Regional demitiu-se de lutar e preferiu fazer o mais fácil, escrever cartas envergonhadas, cuja falta de resposta, ou resposta tardia, agora invoca como desculpa para continuar a reclamar de Lisboa aquilo que a sua incapacidade não permitiu resolver.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

O Orador: Este Governo Regional e esta maioria já provaram que são incapazes de garantir os interesses dos Açores.

O PS não tem mais nada para oferecer aos açorianos.

A nova geração de que Vasco Cordeiro se reclama não tem nada de novo, nem nada de melhor para oferecer aos açorianos.

Presidente: Sr. Deputado isto não é bem uma declaração de voto.

O Orador: O que precisamos é de uma mudança política nos Açores.

Deputados António Marinho e Luís Garcia (*PSD*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PSD*)

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes, eu sei que a prática da vida leva à conveniência, mas uma declaração de voto é para justificar a razão de voto.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Foi o que eu fiz, Sr. Presidente!

Presidente: Com uns ligeiros desvios.

Faço um apelo.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este voto do PS era o voto esperado, como é óbvio (a proposta era nossa), mas é também um voto de coerência e de convicção (um voto da coerência e de convicção, sublinho).

O PS hoje de manhã votou contra uma proposta do PSD, que mais não era do que uma manobra para disfarçar o forte embaraço que este Governo da República centralista provoca ao PSD.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Percebemos que o PSD apresentou uma proposta, que misturou “alhos com bugalhos” e tentou puxar para a região as responsabilidades que afinal são do Governo da República, confundindo aquilo que é reestruturação de serviços, passando alguns serviços de casas do povo para a rede da RIAC, que significa uma grande melhoria na prestação desses serviços, com aquilo que é objetivamente um ataque à autonomia e uma medida inadmissível.

É por isso uma votação da parte do PS de coerência, porque não confundimos, nem misturamos as coisas. Em boa hora compreendemos os embaraços do PSD. Queria também dizer que este é também um voto que atesta aquilo que o Governo Regional tem feito, um Governo que tem sabido sempre defender os interesses dos Açores.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Com garra!!!

O Orador: Este é também um voto que para nós significa o testemunho dum Governo que governa e governa bem, que é o Governo da responsabilidade do PS.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Por isso, Srs. Deputados do PSD, este voto que os senhores aqui fazem, uma tentativa de se colar àquilo que são as justas reivindicações dos Açores, ...

Deputado António Marinho (*PSD*): Não foi agora! Já vem de manhã! O senhor está todo baralhado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura)

O Orador: ... é um voto que não apaga as vossas responsabilidades partidárias. É um voto que também censura um Governo que é apoiado por um partido que tem o vosso símbolo e as vossas cores. É bom que se lembre isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente o PPM condena fortemente estas políticas centralistas, nomeadamente as questões em apreço.

Tivemos oportunidade de votar favoravelmente este projeto, mas queremos ir além disso.

Há pouco, na última intervenção, apresentei aqui uma sugestão nesta matéria, exatamente porque me preocupa sempre combater a esterilidade do debate e que o debate tenha efeitos concretos.

Não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez, nem será certamente a última em que debatemos questões, em que na RAA, os órgãos do serviço de Estado e a atuação do Estado prejudicam claramente a RAA.

Não é a primeira vez e uma das questões aqui levantadas no âmbito deste debate foi evidentemente o efeito prático da nossa discussão política.

Por isso anuncio que promoverei uma urgência, aquela a que tenho direito, para que no Plenário do mês de junho seja aqui discutida uma nova relação institucional e a criação de novos mecanismos institucionais, no âmbito da relação entre o Governo da República e o Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): É urgente, mas fica para o plenário de julho!

O Orador: Eu considero que é absolutamente fundamental que se faça isso agora, agora que estamos a 4 meses de eleições para que este mecanismo sirva para todas as conjunturas políticas que sejam construídas depois das eleições.

Deputado Berto Messias (PS): É uma urgência, mas fica para julho!

O Orador: Para mim não é importante quem ganha as próximas eleições, se o PSD, se o PS, se o CDS...

Presidente: Sr. Deputado declaração de voto.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

... mas a criação de mecanismos institucionais.

A verdade é a seguinte: desde que o Ministro da República perdeu algumas dessas competências, a questão ficou resolvida do ponto de vista institucional.

Deputado Berto Messias (PS): Isso já não existe, Sr. Deputado!

O Orador: É necessário criar mecanismos, como já existem na Alemanha e na Espanha, para que dentro de estados descentralizados, com uma realidade constitucional objetiva, esta relação se possa realizar.

Comprometo-me e trago esta urgência para o próximo plenário.

Presidente: Não havendo mais declarações de voto passemos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 36/2012 – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na sua qualidade de único acionista do grupo SATA, dê instruções para aumentar a frequência de ligações aéreas e o número de tarifas promocionais nas rotas entre os Açores e o Continente”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência justifica-se pelos pressupostos que aqui propomos neste Projeto de Resolução.

Em primeiro lugar, o Verão IATA já começou e é fundamental, devido à procura que existe, que se realizem os dois voos de ida e volta entre a Ilha Terceira e a cidade do Porto. Essa é urgente que se faça e se inicie. O Verão IATA está já a acabar.

É preciso (e este é emergente, nem é urgente!) que a SATA reponha de imediato o voo matinal que existia entre a Terceira e Lisboa e que agora deixou de existir, sem se compreender essa atitude.

Prejudica os terceirenses, prejudica os Açores e é fundamental que se reponha a normalidade de um terceirense poder chegar a Lisboa a uma hora decente, porque com esta alteração, sem aviso prévio, pela porta das traseiras, a SATA

alterou sem avisar ninguém, passou o voo das dez e vinte da manhã, para as dezasseis e trinta da tarde.

É urgente que se reponha amanhã essa ligação entre a Terceira e Lisboa.

Depois, é necessário que a SATA cumpra o seu dever de companhia dos Açores, a nossa companhia, e inicie de imediato um voo para a Ilha do Pico, bem necessário para o aumento de frequências para aquela ilha e assim trazendo, até, mais turistas.

Não menos importante, numa altura em que se aproximam as férias, numa altura em que os açorianos precisam de se deslocar, em que precisam e têm direito ao seu descanso, é aumentar consideravelmente o número de lugares disponíveis para tarifas promocionais e sobretudo também para dar resposta àquela que foi uma proposta do CDS no Plano e Orçamento, aprovada nesta casa, que é o desconto de 50% para os portadores do Cartão Interjovem.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foi uma proposta do CDS.

Mas os portadores do Cartão Interjovem, que o governo limitou na sua apresentação, vão de malinha para o aeroporto, mas só se tiver lugar é que embarcam.

Por isso é necessário aumentar o número de lugares disponíveis em tarifas promocionais, para que todos eles possam viajar mais barato e rapidamente, sobretudo neste verão em que as famílias têm mais dificuldades e necessitam de viajar e ir passar férias.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Tudo isto é de uma urgência extraordinária como era urgente o mês passado abolir a taxa de combustível e os senhores não quiseram.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS, ao analisar a proposta do Grupo Parlamentar do CDS-PP, verificou que esta tem algumas virtudes e que vão ao encontro de algumas pretensões anunciadas já pelo próprio PS, no âmbito das revisões das obrigações de serviço público.

Agora, esta proposta também carece de algum aperfeiçoamento e carece de algum aprofundamento e de discussão na Comissão da especialidade.

Basta verificar que há aqui algumas situações que devem ser corrigidas e que hoje esta Resolução, podendo ser analisada e votada, não poderia ter aplicação, por exemplo no caso do Pico. A SATA nunca concorreu para essa rota, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não concorreu? Como é que não concorreu?

O Orador: ... portanto não poderia efetuar essa rota recebendo obrigações de serviço público.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não há concurso! É obrigação de serviço público!

O Orador: Neste sentido, aquilo que nós achamos é que deve haver uma análise mais profunda deste diploma. Deve ser discutido e o PS disponibiliza-se para analisar, para podermos conversar e possivelmente aplicar algumas das medidas que estão neste Projeto de Resolução, caso vejamos que elas possam ser executadas, sobretudo no âmbito de umas novas obrigações de serviço público que o Governo dos Açores, após muita insistência junto do Governo da República ainda não conseguiu obter resposta.

Assim se vê que o problema do Governo da República não é apenas com os tribunais, não é apenas com outros serviços, como repartições de finanças, não é apenas com a RTP Açores, é pura e simplesmente em dar respostas a tudo o que tenha a ver com as autonomias regionais e com a RAA.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução e as recomendações que ele contém, trazidas aqui pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, são de facto pertinentes e penso que preocupam todas as bancadas e muito em particular quem utiliza e necessita do transporte aéreo.

Mas há aqui uma questão que é a seguinte, aliás o Sr. Deputado Artur Lima, no início da sua intervenção, começou exatamente por dizê-lo: o Verão IATA já se iniciou.

Pessoalmente, estou convencido, embora não entendendo nada de companhias aéreas, que a companhia aérea a que nos estamos a referir já tenha feito o planeamento para o verão. Portanto, já tendo feito esse planeamento para o verão, há aqui uma questão ou outra que eu julgo, independentemente da pertinência e da urgência, que certamente iriam penalizar e não iriam resolver aquilo que V. Exa. muito bem tem defendido.

Relativamente à questão da urgência, considerando que as questões que aqui coloca são todas elas pertinentes e todas elas necessitam de uma atenção devida (estamos em meados de junho) e considerando que a companhia que é da Região já terá o seu planeamento feito, julgo que estas questões devem merecer uma reflexão mais aprofundada no seio da Comissão, para terem efeito posteriormente, nunca já no Verão IATA (aliás ele já começou e o planeamento eventualmente estará feito, julgo eu).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas julga mal!

O Orador: Sr. Deputado, pelo amor de Deus. Não sou detentor da verdade, nem pretendo ser. Penso que isto é uma questão de bom senso: o Verão IATA já começou, o planeamento da companhia está feito e o Sr. Deputado também referiu que é preciso ter em atenção que a SATA é a nossa companhia.

É certamente a nossa companhia. É a companhia aérea de todos os açorianos.

Portanto, também devemos ter algum cuidado relativamente à sua proteção.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de transportes hoje fica mais uma vez provado que o Governo e o PS não fazem nem deixam fazer.

É evidente que é urgente, até pelos números recentes publicados sobre o turismo nos Açores, que haja um reforço de voos para a Terceira e para o Pico.

É evidente que existe urgência na aprovação deste Projeto de Resolução, mas como sempre, já estamos habituados, ou sai trapalhada ou então quando vem alguma proposta das oposições, empurra-se com a barriga para a frente e diz-se que se quer estudar, aprofundar e refletir. É mais uma manobra para não fazer, nem deixar fazer.

Assim os açorianos tiram perfeitamente as suas ilações.

Acham os socialistas e o Grupo Parlamentar do PS que como está, está bem. Os açorianos acham que como está, está mal.

Todas as propostas que surgem para melhorar, nem que seja pontualmente aquilo que está mal, o PS remete para as calendas.

Deputado Francisco César (PS): Para as Calendas?

O Orador: Estamos a quatro meses das eleições. É urgentíssimo que este PS e este Governo continuassem a governar, até porque como nós todos sabemos os números do turismo são aterradores, estão empresários desesperados para poderem encher as suas camas e rentabilizar os seus investimentos, mas o PS não quer.

Ficam as atitudes para quem as toma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a discutir um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão. Olhando para o conteúdo desta iniciativa, a mim parece-me evidente, em primeiro lugar, como o próprio PS reconheceu, que existem boas soluções.

Em segundo lugar, também, até pelo período em que estamos a discutir esta questão, é de facto urgente agir sobre estas questões, por isso é que existem os

mecanismos de urgência, quando se reconhece que este assunto tem urgência e a sua aplicabilidade prática tem que ser resolvida num período útil de tempo.

Portanto, em relação às questões que se reporta e que pretende resolver, penso que estão reunidas as condições para que este debate se faça aqui hoje, que se apresente as diferentes alternativas e que se apresente também as correções que são necessárias no âmbito do que foi referenciado, nomeadamente pelo PS, e que aqui se faça, sem mais demoras essa discussão e se apliquem estas medidas que são bastante interessantes e que a discussão não seja adiada para julho ou setembro.

Portanto, a posição do PPM é de viabilizar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Presidente: Creio não haver mais intervenções Sras. e Srs. Deputados.

Vamos passar à votação.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Srs. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 23 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 10 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Lamento que o PS tenha reprovado a urgência deste Projeto de Resolução, mas sobretudo deve tê-lo feito fundamentado, presumo eu, nalguma coisa, embora não me tenha parecido que a fundamentação do Sr. Deputado Francisco César tenha sido minimamente aceitável e muito menos incompreensível é o PCP ter votado contra esta urgência. Essa é que é incompreensível.

Daqui, tudo isto era possível, não é preciso alterar obrigações de serviço público, para implementar nada disto amanhã. Exige apenas alguma reprogramação de voos, eventualmente o mais difícil de concretizar aqui poderá ser o voo do Pico. De resto, repor o voo da Terceira que a SATA à falsa fé, às

escondidas, sem dizer nada, sem avisar, um dia antes disse que “o voo amanhã passa a ser às dezasseis e trinta”, isso é inadmissível.

Quando se acusa aqui outros de fecharem e fazerem sem avisar, a SATA, à falsa fé, acabou com o voo. Os terceirenses só podem chegar a Lisboa à sexta-feira, às oito horas da noite. Isto é inadmissível.

Depois, a SATA tem um avião parado, à segunda-feira, das oito e meia, nove horas da manhã, que vem de Oakland até às dezassete e trinta, para ir para Boston. O avião está parado no aeroporto das Lajes, além dos que tem parados, portinhas fechadas e reatores tapados, no aeroporto de Lisboa.

Portanto, o que não se quer é neste momento dar mais ligações e mais frequências e sobretudo o que não se quer é dar mais tarifas promocionais aos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se é certo que o Verão IATA já começou e a companhia aérea tem a sua reprogramação de voos, uma companhia aérea que não tenha capacidade de em 15 dias reprogramar dois voos, não é companhia aérea digna desse nome. Não se pode chamar companhia aérea e muito menos se pode chamar a nossa companhia.

Deputado Berto Messias (PS): É só sua!

O Orador: Uma companhia aérea que prescinde de servir os açorianos para servir os dinamarqueses e outras nacionalidades com voos de duvidosa ocupação, aliás, com a diminuição de turistas desses mercados, não se compreende que não queira servir os Açores.

Deputado Francisco César (PS): Por acaso não!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Era perfeitamente possível a SATA reprogramar dois voos, era perfeitamente possível a SATA amanhã repor o voo da Terceira de manhã; era perfeitamente possível a SATA fazer a segunda ligação ao Porto agora neste verão.

Se o Verão IATA já começou, o verão dos açorianos que querem ir de férias com a sua família ainda não começou, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Esse verão começa agora em meados de junho, julho, agosto e setembro, quando os açorianos têm férias e o senhor não quis que os açorianos tivessem tarifas mais baratas e mais frequências de voos.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não sei muito bem o que é que o Governo quer ou não fazer, não sei muito bem o que é que a SATA quer ou não fazer, o que eu sei é que nestas questões tem de haver bom senso, tem de haver razoabilidade.

É evidente que relativamente ao verão dos açorianos, e vamos começar pelo verão dos açorianos, ele está cinzento, muito cinzento.

Está muito cinzento, porque os açorianos à semelhança dos portugueses, mas mais aqui nos Açores do que no restante território nacional, têm um verão muito cinzento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esta é uma declaração de voto, Sr. Presidente!

O Orador: Tiveram um rendimento que lhes foi subtraído e nem com tarifas promocionais.

Férias?! Nem com tarifas promocionais!

O problema das tarifas promocionais é com certeza uma questão que nem sequer se coloca porque, julgo eu, em termos da gestão da SATA, havendo lugares, haverão certamente tarifas promocionais à disposição de quem tenha ainda algum dinheiro para fazer férias fora da região.

Isto é relativamente ao verão dos açorianos, ao verão que Vs. Exas. tiveram o cuidado de estragar.

Relativamente à principal questão com que fundamentei o meu voto e que tem a ver com a operação estar, com certeza, montada.

Sr. Deputado (e eu não tenho razão nenhuma para duvidar do que V. Exa. aqui disse), tem uma aeronave estacionada nas Lajes, em determinado dia, com os

reatores tapados e tem eventualmente uma outra aeronave não sei quanto tempo parada.

Julgo que as aeronaves não funcionam sozinhas e que há necessidade de tripulações.

Certamente que o Conselho de Administração da SATA planeou o verão de determinada forma. Mas não é por aí que quero ir, porque esse é um problema, relativamente às críticas que possamos fazer à nossa companhia, à companhia aérea açoriana, onde certamente se preocuparam pouco com o mercado interno e mais com a expansão. Certamente Sr. Deputado!

Mas temos que resolver isso de uma outra forma.

Eu percebo a preocupação e é uma preocupação de todos nós.

Agora, esta questão tem que ser objeto de reflexão, com o contributo de todos. Não é o PCP, não será só o CDS-PP, não será só o Governo...

É preciso o contributo de todos, porque é necessário de facto resolver este problema que é o problema do transporte na RAA, seja ele o transporte aéreo, seja ele o transporte marítimo, seja ele o transporte de passageiros, seja ele o transporte de mercadorias. É de facto necessário resolvê-lo.

Agora o que me parece é que é necessário encarar este problema de uma forma diferente, sobretudo refletindo sobre ele e procurando as melhores soluções, não da forma que V. Exa. hoje aqui utilizou, que sendo, com certeza, um legítimo e bondoso objetivo, não serviria para coisa nenhuma.

Deputado José Lima (PS): Isto não foi uma declaração de voto, foi uma intervenção!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PS justifica o seu sentido de voto por uma razão muito simples: esta proposta vai ao encontro de outras propostas do PS.

(Risos dos Deputados António Marinho e Paulo Estêvão)

Deputado Luís Garcia (PSD): Eis a razão!

O Orador: Esta proposta tem algumas virtualidades, mas nós temos uma operação a funcionar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Mal!

O Orador: A SATA já tem uma operação a funcionar neste verão e qualquer alteração que possa ser feita poderá implicar mexidas nas tripulações, procura de lugares de estacionamento em aeroportos, como no aeroporto do Porto, alterações de outras rotas e de outros horários, a necessidade de ter aeronaves.

No caso do Pico, a SATA nem voa para o Pico.

Deputado Luís Garcia (PSD): Passa a voar!

O Orador: Portanto, teria que iniciar todo um processo de conversação e de informação ao INAC e no caso das tarifas promocionais, nós teríamos sempre o risco de ultrapassar uma exigência da Inspeção Geral de Finanças de que o preço médio da tarifa promocional não seja superior a 86 euros ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nunca correríamos esse risco, estamos muito acima!

Estamos muito acima das tarifas promocionais!

O Orador: ... e isto implicava e implica que todas as alterações que tenhamos que fazer, ou possamos fazer, tenham de ser feitas com cuidado e com análise.

E o que é que nós temos aqui?

Temos o PS a disponibilizar-se para dialogar com os partidos da oposição e os partidos da oposição a criticarem o PS por ele se disponibilizar para dialogar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh Sr. Deputado!...

O Orador: Isto é que não é compreensível.

Sras. e Srs. Deputados, esta é que é a justificação do PS e o PS tem orgulho nas propostas que tem realizado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, veja se sabe fazer a distinção!

O Orador: O PS propôs obrigações de serviço público que vão ao encontro (e não encontrei nenhuma proposta dos Srs. Deputados desta mesma câmara, deste lado desta bancada), ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas afinal de contas estamos a brincar!

O Orador: Não, Sr. Deputado Aníbal. Praticamente não o ouvi.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ouviu?

O Orador: ... das pretensões da proposta de alteração às obrigações de serviço público que permitem baixar as tarifas aéreas nos Açores.

Obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Alguém deve ter ouvido!

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Vou colocar à vossa consideração a seguinte Proposta de Deliberação: “A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de junho”.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam a proposta de deliberação anunciada por favor mantenham-se como estão.

Secretário: A presente proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos do período legislativo de junho.

Muito boa tarde e obrigado a todos.

Bom regresso a vossas casas e até sempre.

(Eram 17 horas e 18 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia **Garcia**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Relatório e Parecer:

Assunto: Projeto de Proposta de Lei n.º 288/2012 - “Define meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos, mas com valor comercial, e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização pelas forças e serviços de segurança da atividade de gestão de resíduos”

Autor: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 06 – 15.

2 –Diários:

Consideram-se aprovados na presente Sessão Plenária os Diários n.º s 131, 132 e 133.

As redatoras: Maria da Conceição Fraga Branco e Ana Sofia Machado